



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO: Comunicação Social
HABILITAÇÃO: Jornalismo
ÁREA: Assessoria de imprensa
PROFESSOR ORIENTADOR: Luiz Cláudio Ferreira

JORNALISMO DE NOVELA

Como assessores de imprensa divulgaram as atividades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal durante e após a novela "América" da Rede Globo

SARA REIS SILVA

Brasília/DF
Junho de 2006

SARA REIS SILVA
RA: 2026426/4

JORNALISMO DE NOVELA

Como assessores de imprensa divulgaram as atividades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal durante e após a novela "América" da Rede Globo

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília como requisito para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo.

Orientador: Prof. Luiz Cláudio Ferreira

Brasília/DF
Junho de 2006

SARA REIS SILVA
RA: 2026426/4

JORNALISMO DE NOVELA

Como assessores de imprensa divulgaram as atividades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal durante e após a novela "América" da Rede Globo

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília como requisito para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo.

Orientador: Prof. Luiz Cláudio Ferreira

Brasília/DF, junho de 2006.

Banca Examinadora

Prof. Luiz Cláudio Ferreira
Orientador

Prof. Joyce Russi
Examinadora

Prof. Gisele Rodrigues
Examinadora

RESUMO

A proposta da pesquisa é mostrar ao leitor como a atividade de assessoria de imprensa está sendo aplicada no Congresso Nacional brasileiro. A pesquisadora foca sua análise no trabalho dos assessores de imprensa dos parlamentares que compõem a CPI mista da emigração ilegal, criada em junho de 2005 para investigar a entrada irregular de brasileiros em outros países. Na época, o assunto chamou a atenção do parlamento brasileiro graças a abordagem da problemática da emigração ilegal pela novela “América”, da Rede Globo. E mesmo não sendo novidade, os veículos de informação deram um tratamento especial ao tema durante a novela. Assim, analisa-se a divulgação sobre as atividades da CPI feita pelos assessores de imprensa em dois momentos distintos: durante e após “América”. Para tanto, a pesquisadora lista a quantidade de matérias publicadas na Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, que tratam da problemática da emigração ilegal e que citam os trabalhos da comissão, e compara os resultados com os relatos dos assessores de imprensa entrevistados para o presente estudo. Além de descrever parte da rotina de trabalho desses assessores, com foco na CPMI, a autora mostra como o agendamento do assunto (emigração ilegal) na imprensa, com ajuda da novela “América”, influenciou (ou não) o resultado do trabalho de divulgação desses assessores.

Palavras-chave:

Assessoria de imprensa; Congresso Nacional; Legislativo; Emigração ilegal; Imigração; Agendamento; Agenda-setting.

ABSTRACT

The proposal of this research is to show to the reader, how the activity of press assessorship is being applied in the Brazilian National Congress. The researcher focused her analysis in the parliamentarians' press assessors' works that compose the CPI of the illegal emigration, created in June of 2005, to investigate the irregular entrance of brazilians in other countries. At the time, the subject called the attention the Brazilian parliament thanks to the approach to the problem of the illegal emigration done by the novel "America", of the broadcaster Rede Globo. And even not being newness, the comunication vehicles had given a special treatment to the subject during the novel. That way, the spreading on the activities of the CPI made by the press assessors is analyzed at two distinct moments: during and after "America". Therefore, the research lists the amount of articles published at the Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo, o Globo and Jornal do Brasil, which deal with the problem of the illegal emigration and point the works of the commission. Thus, the results are compared with the stories of the interviewed press assessors for the present study. Beyond describing part of the routine of work of these assessors, with focus in the CPMI, the author shows how the agendamento of the subject (illegal emigration) in the press, with aid of the novel "America", influenced (or not) the result of the spreading work of these assessors.

Keywords:

Assessorship of the press; National congress; Legislative; Illegal emigration; Immigration; Agendamento; Agenda-setting.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 ASSESSORIA DE IMPRENSA E DECODIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
1.1 A sociedade pede informação.....	12
1.2 Divulgação no poder público.....	14
1.3 O assessor de imprensa no legislativo.....	17
2 O EFEITO “AGENDA” E A DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DA CPI	
2.1 O “agendamento” no parlamento brasileiro.....	23
2.2 O assessor de imprensa e o agendamento.....	25
2.3 A divulgação durante e pós-América.....	28
2.4 Contra-ponto: assessoria segundo os teóricos e a prática no legislativo.....	33
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE.....	42
ANEXOS.....	64

INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu da idéia de analisar como a atividade de assessoria de imprensa está sendo executada no poder legislativo do país, mais especificamente no Congresso Nacional brasileiro. Para isso, focou-se o objeto de pesquisa no trabalho dos assessores de imprensa dos parlamentares que compõem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da emigração ilegal.

A pesquisadora escolheu, então, analisar um tipo de veículo de comunicação para observar os resultados da divulgação desses assessores em relação aos trabalhos da CPMI. Optou-se pelos seguintes jornais impressos: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e o Jornal do Brasil. Os veículos citados tratam de assuntos nacionais e estão entre os mais lidos do país, tidos como referências de cobertura.

A CPMI foi criada durante a exibição da novela “América”, da Rede Globo, que retratou a dura realidade de milhares de brasileiros: a emigração clandestina como saída para melhorar de vida. Mesmo que a emigração ilegal não seja novidade, os veículos de comunicação se pautaram sobre a matéria. O resultado foi uma avalanche de denúncias e alertas.

No entanto, novela não é realidade. A história acabou e o drama da vida real não. Em 2006, os problemas da emigração, que ainda são os mesmos, pautaram em poucos momentos.

A divulgação diferenciada sobre o mesmo assunto durante e após a novela “América” levou a pesquisadora a optar por esses dois momentos para balizar a análise das matérias veiculadas nos quatro jornais citados. Assim, o primeiro período, que é o “durante a novela”, vai de 14 de março a 5 de novembro de 2005. O segundo momento, o “pós-novela”, vai de 6 de novembro de 2005 a 31 de março de 2006.

Assim, proposta é avaliar como os assessores de imprensa dos parlamentares que compõem a CPMI trabalharam na divulgação das atividades de seus assessorados durante “América” e após a trama.

Além disso, a pesquisa descreve parte da rotina de trabalho dos assessores de imprensa no legislativo, com foco na CPMI, e como os conceitos de comunicação organizacional estão sendo aplicados nessa esfera do poder político do país.

Escrito por Glória Perez¹, o roteiro de 203 capítulos da telenovela “América” foi ao ar, no horário “nobre” das 20h, de 14 de março de 2005 a 5 de novembro do mesmo ano, pela Rede Globo.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) mostrou que “América”, dirigida por Marcos Schechtman, teve altíssimos índices na audiência. A trama que estreou com média de 54 pontos² e pico de 59 registrou, no último capítulo, média de 66 pontos, com picos de 70 pontos de audiência. Isto significa que, naquele momento, 82% dos telespectadores, no geral, estavam sintonizados na emissora.

A emigração ilegal está representada pelo desejo de morar nos Estados Unidos da protagonista “Sol”, papel da atriz Deborah Secco. Sol, desde criança, sonha em morar no país norte-americano em busca de uma vida melhor para sua família. No início da novela, a personagem tenta obter um visto de turista. Após ter os documentos analisados pelo Cônsul, seu visto é negado. Assim, resolve entrar no país de maneira ilegal, por meio dos coitotes³ na fronteira dos Estados Unidos com o México.

A exemplo da personagem, muitos brasileiros se arriscam na fronteira com os Estados Unidos e em outros países em busca do mesmo objetivo: melhores condições de vida. De acordo com dados de posse da CPMI, existe hoje, aproximadamente, 24.000 brasileiros detidos por emigração ilegal nos Estados Unidos, sendo que cerca de 80% deles são do estado de Minas Gerais.

A novela da vida real levou a problemática da emigração clandestina para a telinha da tevê e conseguiu colocar o tema em pauta no Congresso Nacional. Em menos de três meses, após a estréia de “América”, foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da emigração ilegal.

A CPMI, proposta pelo então senador Hélio Costa (PMDB-MG) e pelo deputado João Magno (PT-MG), é composta por 11 senadores, 11 deputados e igual número de suplentes nas duas Casas. A comissão foi instalada em 22 de junho de

¹ Glória Maria Ferrante Perez é autora brasileira de telenovelas e iniciou sua carreira em 1979 na Rede Globo.

² Cada ponto do IBOPE equivale a 47,5 mil domicílios. A medição é feita em televisores da Grande São Paulo.

³ Termo usado para nomear os que promovem a travessia ilegal de imigrantes na fronteira do México com os Estados Unidos.

2005 para apurar os crimes e delitos praticados com a emigração ilegal de brasileiros e para assegurar, ainda, os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Atualmente, o tráfico de seres humanos ou o favorecimento à entrada irregular de pessoas em território estrangeiro para obter lucro não são crimes pela legislação brasileira. Com isso, a polícia tenta enquadrar os integrantes dessas quadrilhas nos crimes de sonegação fiscal, falsificação de documentos, fraudes contra o sistema financeiro e evasão de divisas. Pela lei, os “cônsules⁴” não cometem delito algum, a não ser a sonegação fiscal, já que não declaram à Receita Federal o que ganham com essa atividade.

Para analisar o trabalho de divulgação dos assessores de imprensa sobre as atividades de seus assessorados na CPI em questão, a pesquisadora levantou dados sobre a quantidade de matérias publicadas na Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e O Estado de S. Paulo. É preciso destacar que foram observadas tanto as matérias que citam de alguma forma os trabalhos da CPI quanto as que tratam da problemática da emigração ilegal. As notas de colunistas foram tratadas como matérias na análise quantitativa da pesquisadora.

Os dados foram coletados por meio do serviço de clipping da Empresa Brasileira de Radiodifusão, Radiobrás⁵. Os verbetes que serviram de base para o sistema de busca no clipping eletrônico foram emigração e imigração.

A coleta do material para a pesquisa teve de ser feita pela pesquisadora devido a uma das dificuldades encontradas: a falta de uma seleção sistemática de matérias publicadas sobre emigração ilegal por parte dos assessores de imprensa pesquisados. Atividade que, segundo o escritor e jornalista Rivaldo Chinem (2003), é um dos serviços fundamentais de que se utiliza o profissional da área.

Outro ponto que vale a pena ser destacado foi a dificuldade para encontrar literatura sobre assessoria de imprensa no poder legislativo. É possível listar quantidade razoável de autores que tratam sobre assessoria de imprensa no poder público ou ainda junto ao executivo. Mas, especificamente sobre o trabalho de

⁴ Nome dado aos financiadores da emigração ilegal e chefes das quadrilhas.

⁵ Site de pesquisa: <http://clipping.radiobras.gov.br>

assessorias no legislativo, a pesquisadora conseguiu localizar frases entre uma obra e outra, que tratavam sobre assessoria de imprensa de forma generalizada.

Além de realizar a coleta das matérias publicadas nos quatro jornais, a pesquisadora também fez entrevistas com os assessores de imprensa de todos os parlamentares que compõem a comissão. Ao todo, são 22 parlamentares, mas como um dos deputados não possui assessor de imprensa, somam-se 21 assessores. Para esse estudo foram realizadas 17 entrevistas. Quatro assessores não responderam os questionamentos.

A pesquisadora esteve no Congresso Nacional entre 20 de março e 29 de abril e entrevistou num primeiro momento sete assessores de imprensa. As conversas duraram em média 30 minutos e foram todas gravadas. Além disso, o roteiro de perguntas foi enviado por meio de correio eletrônico para cinco assessores que trabalham no estado do próprio parlamentar.

Resultado: das cinco mensagens enviadas por meio da internet, apenas duas foram respondidas. E mais, a pesquisadora observou, ao “degravar” as entrevistas, que era muito conteúdo para ser trabalhado em um estudo de único objeto. Identificou-se assim que o roteiro de perguntas estava extenso e que precisava ser reformulado.

A pesquisadora pontuou especificamente os tópicos que seriam tratados na pesquisa e o restante das entrevistas durou cerca de 10 minutos. E, ao invés de enviar mensagens pela internet, conversou com os assessores de outros estados por telefone.

A pesquisa tem por referência, portanto, duas fontes levantadas pela própria pesquisadora: a quantidade de matérias publicadas na Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil sobre emigração ilegal e que citam os trabalhos da CPMI e os relatos dos assessores de imprensa sobre a divulgação realizada, ou não, em relação à CPI.

O estudo reserva ao leitor uma melhor visualização dos resultados obtidos, já que a maior parte está representada na forma de gráficos, que facilitam o entendimento e contribuem para a compreensão dos dados. Além disso, a pesquisadora relaciona, na maioria das vezes, os resultados obtidos com o objeto de estudo, a partir da fundamentação teórica.

Nos capítulos 1 e 2, além de tratar sobre conceitos ligados ao trabalho de assessoria de imprensa, a pesquisadora aborda como a imprensa trabalha de acordo com temas previamente "agendados", como esse fenômeno impacta os trabalhos do Congresso Nacional brasileiro e como é, para os assessores, divulgar assuntos que estão pautados pela mídia, atrelando todas essas questões para o caso da CPI mista da emigração ilegal.

Por fim, na conclusão, a pesquisadora, além de sintetizar toda a reflexão desenvolvida durante a pesquisa, traça paralelos entre os resultados obtidos com base no clipping e nas entrevistas, faz comparações entre os relatos dos assessores de imprensa entrevistados e busca, de forma argumentativa, lançar visão (crítica) sobre o trabalho de divulgação desenvolvido pelos assessores de imprensa em relação à problemática da emigração ilegal, que é assunto de interesse público e merecia estar entre as prioridades de divulgação.

1. ASSESSORIA DE IMPRENSA E DECODIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

1.1 A sociedade pede informação

Emigração ilegal, disputas políticas, denúncias de corrupção. Seja qual for a informação, os veículos de comunicação precisam decodificá-la para o grande público. Isto faz parte do regime democrático.

Construir uma democracia é considerado processo difícil, chegando-se ao extremo. Segundo a pesquisadora Maria José da Costa Oliveira (2004) em “Comunicação Pública”, a pluralidade de objetivos presentes na sociedade faz com que, necessariamente, as contradições entre as práticas e os discursos coloquem em dúvida, muitas vezes, as várias facetas de um mesmo assunto.

Nos dias atuais, o acesso e o direito à informação tornam-se requisito fundamental para a construção da cidadania. Oliveira (2004) defende que só a socialização da informação pode fornecer a cidadania integral aos membros da sociedade civil.

No entanto, para que os indivíduos possam formar sua opinião, por um viés democrático, é preciso que haja transparência e fidedignidade nas informações veiculadas pelos meios de comunicação (OLIVEIRA, 2004). Segundo o escritor Gaudêncio Torquato (2002), a moldura social exhibe uma sociedade renovada que está aí para exigir novas posturas. A sociedade brasileira se depara com a ampliação do espaço dedicado à cidadania. O grande destaque à problemática da emigração ilegal, do início de 2005 ao fim do mesmo ano, poderia ser considerado, à primeira vista, uma prova disso.

Citando Celso Lafer (1991), Oliveira (2004, p.147) mostra que o direito à informação é uma das formas de liberdade que o cidadão encontra na democracia e que permite a ele participar de forma autônoma e igualitária na esfera pública de seu país. A autora constata um avanço em relação à plenitude da cidadania: “Se há mais cidadania, há também um aumento do interesse do cidadão pelo que acontece na esfera pública”.

Se há maior interesse do indivíduo pelo que ocorre na esfera pública, há também o ganho de responsabilidade por parte de quem lida com a comunicação no setor. Para Oliveira (2004), a tendência é que a população mais atenta exija cada vez mais qualidade, completude e transparência da informação que é oferecida a ela.

O jornalista Francisco Viana destaca:

A comunicação desperta interesse. Mas, no caldeirão não se pode esquecer de um ingrediente indispensável: a credibilidade de quem faz a comunicação. E o motivo por trás dessa exigência é o cidadão, um personagem fascinante, porém difícil de acreditar que existe num país vincado por mais de três séculos de escravidão e por agudos desequilíbrios sociais. (VIANA, 2001, p. 40)

Diante do maior interesse, a informação merece ser “bem trabalhada” e, acima de tudo, qualificada. Oliveira (2004) afirma que é de se esperar um aumento gradual na demanda por esta qualidade da informação. Para a escritora, na maioria das vezes, os governantes vêem a comunicação apenas como ingrediente básico para a sobrevivência e continuidade de sua permanência no poder.

Mas, do outro lado, à espera de informações, está o cidadão. Para ele, o que mais importa não é a imagem boa ou ruim da instituição e sim a transparência, a possibilidade de fiscalizar e a existência de meios que permitam a ele fazer o julgamento de uma ação administrativa (OLIVEIRA, 2004).

A sociedade passou a exercer um caráter fiscalizador sobre o poder público (TORQUATO, 2002). Como diz o jornalista Luiz Martins da Silva (2002) o que seria então a visibilidade senão uma condição da democracia. A coisa pública só é de caráter realmente público se for objeto de transparência, visibilidade e controle.

Assim, é preciso que haja um canal de comunicação (de qualidade e responsável) para que os representantes do poder público possam informar e prestar contas de suas ações para a população que, em compensação, poderá exercer melhor a sua cidadania e garantir o direito de ser informada.

Os estudiosos Carlos Pereira, Timothy Power e Lúcio Rennó (2005) explicam que a opinião pública deve influenciar as escolhas e decisões dos representantes, pois só assim haverá candidatos conscientes das demandas populares e que agem em nome de seu público.

1.2 Divulgação no poder público

No Brasil, um dos primeiros indícios de preocupação com a divulgação jornalística no setor público ocorreu no ano de 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha, ao organizar a estrutura do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criou um setor dedicado a integrar serviços de atendimento, publicações e propagandas (DUARTE, 2003-1).

De acordo com Elisa Koplín e Luiz Ferraretto em “Assessoria de imprensa: teoria e prática” (1993), o governo brasileiro preocupou-se oficialmente com o atendimento à imprensa no ano de 1938, quando foi promulgado o decreto nº 3.371, de 1º de dezembro, que atribuía esta função ao Secretário da Presidência da República. Na época, o então presidente Getúlio Vargas havia instaurado no país o chamado Estado Novo, regime político de inspiração fascista.

Para Torquato (2002), nos dias atuais a comunicação se fortalece cada vez mais no âmbito das administrações públicas e na área política. O autor diz que isto ocorre devido ao nascimento de um novo espírito de cidadania, que surgiu a partir de uma sociedade civil mais organizada e consciente de direitos e deveres.

Jorge Duarte (2003-1) em “Assessoria de imprensa e Relacionamento com a Mídia” explica que as assessorias de imprensa tornaram-se o embrião de estruturas de comunicação e nos dias atuais estão presentes no âmbito federal, estadual e municipal dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Além disso, a atividade é exercida em empresas públicas, privadas, no terceiro setor, universidades, nas Forças Armadas, sindicatos, entidades de classe e apoiando pessoas físicas como artistas, esportistas, políticos.

Para o doutor em comunicação e jornalista Manuel Carlos Chaparro (1996), o setor entrou numa época de modernização e é, nos dias atuais, fundamental para a melhoria qualitativa da informação jornalística. O autor explica que quanto melhor a fonte, maior é a qualidade do jornalismo. Com isto, aponta que é preciso entender a assessoria de imprensa como uma “produtora” de informações, também responsável pela preservação e fortalecimento da credibilidade do jornalismo.

O conceito de assessoria de imprensa está associado a dois aspectos fundamentais: a necessidade de divulgar opiniões e realizações de um indivíduo ou grupo de pessoas e a existência dos meios de comunicação social (KOLPLIN e FERRARETTO, 1993).

A Assessoria de Imprensa (...) divulga as atividades e opiniões do cliente junto à imprensa, facilitando o fluxo de informações entre a empresa ou instituição atendida e seus públicos. Para que isto ocorra, a assessoria de imprensa elabora textos para os veículos de comunicação, organiza entrevistas coletivas, faz contatos para a participação do cliente em programas de rádio e televisão, atende aos jornalistas, além de planejar e executar outras estratégias necessárias (KOPLIN E FERRARETTO, 1993, p.173).

O “bom trabalho” de uma assessoria, segundo Duarte (2003-1) aumenta a visibilidade pública da organização e pode trazer efeitos mercadológicos e políticos predeterminados. Em contrapartida, a jornalista Maria Regina Martinez (2003) afirma que ainda existe grande incompreensão com relação ao trabalho das assessorias de imprensa, tanto por parte de quem contrata o serviço quanto de quem é contratado. As duas partes, na maioria das vezes, possuem expectativas grandiosas que não são atendidas. A autora Maristela Mafei (2004) compartilha da mesma idéia. Ela diz que muitos executivos acreditam que pagar um assessor de imprensa é o mesmo que pagar por matérias positivas na mídia, pois crêem que o bom relacionamento com repórteres e editores basta para que o assessor abra espaços para a instituição. Martinez (2003) diz que um exemplo comum é o do deputado federal, recém-chegado em Brasília, querer ter a mesma inserção na mídia nacional de personalidades públicas com anos de imagem construída.

Considerada a área de atuação que mais emprega jornalistas brasileiros atualmente, a assessoria de Imprensa, de acordo com o autor Rivaldo Chinem (2003), está longe de executar tarefa rotineira, enfadonha e repetitiva. A atividade exige do profissional conhecimentos técnicos e uma consciência ética de suas influências na opinião pública. O jornalista Marco Antonio de Carvalho Eid alerta:

A assessoria de imprensa não é mera ferramenta de promoção do prefeito, do governador, do presidente da República, ministros, secretários de Estado, ou de dirigentes e executivos de empresas estatais. É um serviço do Estado e da sociedade (EID, 2003, p. 1).

Koplin e Ferraretto (1993) ressaltam que o político está a serviço da população e, por isso, consideram inadmissível que uma informação seja sonegada à grande imprensa e, por conseqüência, aos cidadãos. A responsabilidade pela transparência nessa relação é da assessoria de imprensa. Outro ponto defendido pelos autores é a necessidade de não confundir propaganda ideológica com informação jornalística quando se atua junto aos centros de poder.

Segundo Maurício Lara (2003), no livro “As Sete Portas da Comunicação Pública”, o assessor deve fazer política junto à população, zelando pela imagem da instituição e pelo direito da sociedade a informação. Mafei (2004) explica que a prestação de contas das ações para a população por intermédio da imprensa é o objetivo principal de uma assessoria de imprensa do setor. Os assessorados da área pública, como o governo em todas as instâncias, sabem que é o caráter fiscalizador que pauta as matérias sobre eles.

Oliveira (2004) defende que o comunicador deve encontrar o ponto de equilíbrio entre o direito da sociedade à informação e a construção da imagem da instituição. A autora alerta para que o profissional não se transforme em mais um censor empenhado em decidir o que a sociedade deve e não saber por mera conveniência política.

Em vez de vestir a carapuça do frágil marisco na eterna luta do mar com o rochedo, é necessário que esse profissional arregace as mangas e coloque a mão na massa, dosando competência e eficácia com um rigoroso respeito e uma intransigente defesa do sagrado direito da sociedade à informação. O principal dever de casa do comunicador público é a cotidiana reflexão sobre o mal e o bem que o reflexo de seu trabalho pode causar à sociedade (OLIVEIRA, 2004, Pág. 156).

A missão do assessor de imprensa vai além do simples estreitamento de laços com a imprensa. Torquato (2002) diz que o profissional deve planejar e operar estratégias na busca de posições mais consistentes, pois assim poderá exercer funções mais elevadas e tornar-se um agente político na construção de uma sociedade mais consciente de direitos e deveres. Como veremos a seguir, os assessores de imprensa dos parlamentares que integram a CPMI da emigração não deram um atendimento

especial à problemática da emigração, tema de interesse público, mas tiveram resultados de divulgação consideráveis.

Segundo Eid (2003, p.1) não é fácil executar os trabalhos de assessoria de imprensa próximo do ideal no poder público. Ele explica que “nem sempre é possível convencer o governante, o político, o dirigente de empresas e autarquias ou responsável pelo órgão ao qual se presta serviço de que o paradigma fundamental do relacionamento com a imprensa é a prestação de informações úteis e desejadas pela comunidade”.

A opinião pública, de acordo com o manual nacional de assessoria de imprensa consolidado por FENAJ⁶ (1994), está entre os elementos que o jornalista deve lidar no cotidiano. O profissional trabalha para aprimorar a comunicação entre a instituição, o corpo de funcionários e a opinião pública. Ele agiliza e complementa o trabalho do repórter, garantindo o fluxo de informações para os veículos de comunicação e, conseqüentemente, para toda a sociedade.

Martinez (2003) destaca algumas características específicas das assessorias de órgãos federais, a saber: agilidade e rapidez na atuação (disponibilidade de 24 horas diárias), funciona como escudo do assessorado em caso de denúncias, pensa estrategicamente para arrefecer crises, é formada por profissionais com largo conhecimento e grande experiência no planejamento de mídias.

1.3 O assessor de imprensa no legislativo

Na maioria das vezes, o que sobra para o Congresso Nacional é a imagem de corrupção, que nada mais é do que a projeção da imagem de certas personalidades das duas casas legislativas. Torquato (2002) afirma que os “homens públicos” têm se preocupado fundamentalmente com a imagem. Prova disso está no aumento do mercado de assessorias e consultorias de imprensa para o setor.

Nos dias atuais, grande parte dos senadores e deputados possuem um profissional prestando serviços de assessoria de imprensa em seu gabinete. E se no

⁶ Federação Nacional dos Jornalistas.

corpo de funcionários não há a figura do jornalista, é de se esperar que algum desses servidores auxilie a comunicação entre parlamentar, imprensa e eleitor. Na pesquisa realizada com os assessores que trabalham para senadores e deputados que compõem a CPI mista da emigração ilegal, certificou-se que dos 22 parlamentares que formam a comissão, apenas um deputado não possui assessor de imprensa. 100% dos senadores contam com um jornalista no gabinete em Brasília. Entre os 11 deputados, cinco só possuem assessor de imprensa no estado que representam.

A imagem, conforme destacou Torquato (2002), está entre as referências de trabalho desses assessores. De acordo com a maioria dos profissionais entrevistados, a imagem do parlamentar é elemento prioritário na hora da divulgação e quase sempre está atrelada a prestação de contas das ações do representante. Mas, segundo o autor, deixar a identidade do parlamentar de lado é cometer um erro grave. Nas palavras dele: “Antes de se preocuparem com a imagem, deveriam atentar para o discurso, a essência, o conteúdo. A imagem é consequência, resultado” (TORQUATO, 2002, p. 119).

No argumento dos jornalistas João José Forni e Armando Medeiros Faria (1996, p. 43) prevalece a idéia do quão importante deve ser a preocupação por parte das assessorias em prestar contas e divulgar tudo o que é de interesse público. Segundo eles, “quando as empresas são públicas, vinculadas ao Estado, a cobertura da mídia é muito mais crítica, desconfiada e vigilante do que em relação a de empresas financeiras privadas.”

Para o jornalista e escritor Renato Riella (1996), o assessor de imprensa que trabalha num órgão público deve ter como referência, antes de tudo, a sociedade. O autor defende que a população precisa ser bem orientada e informada e diz que sem esta preocupação, o representante público está fadado ao fracasso.

Os autores Antônio Barros, Jorge Duarte e Regina Martinez (2001) lembram do difícil relacionamento entre os órgãos governamentais e a imprensa no período do Regime Militar⁷. Eles explicam que a partir de 1968, quando foi instalada a censura a

⁷ Época em que os militares governaram o país após o golpe no ano de 1964.

partir do Ato Institucional nº 5⁸, esse relacionamento ajudou a solidificar a imagem dos assessores de imprensa do poder público como bloqueadores do fluxo de informações. Nessa época, o trabalho dos assessores tinha como meta o controle da informação e estava voltado para a produção extensa de notas e declarações. O objetivo era evitar o acesso dos jornalistas à organização.

Graças ao ressurgimento da democracia, da liberdade de imprensa e diante da maior exigência dos direitos sociais e dos consumidores, tanto o setor público quanto privado perceberam a necessidade de se comunicar diretamente com as pessoas. Barros, Duarte e Martinez (2001) explicam que as instituições deixaram de lado o amadorismo e agora procuram buscar profissionais qualificados para estabelecer um bom relacionamento com a imprensa.

Assim, a idéia de se fazer um controle de informações por parte desses profissionais se torna cada vez mais execrável, já que os princípios da profissão seguem caminho completamente oposto a essa “autoridade”. Mas, o autor Maurício Lara (2003) se surpreende com algumas posturas de assessores de imprensa nos dias de hoje. Ele diz que ainda há assessor pensando que seu papel é controlar a informação e decidir se os repórteres devem ou não ficar sabendo. O autor defende que o assessor deve ter clareza sobre quais são suas responsabilidades e limites.

Como a política e seus representantes estão incorporando cada vez mais conceitos ruins entre a população, acaba prevalecendo, como destaca Torquato (2002, p. 119), “a idéia de Executivo e Legislativo que se mancomunam na rede de politicalha e das negociatas”. Para o autor, uma saída pode estar na melhor formatação de programas de comunicação para a área pública. Segundo ele, o ponto de partida seria a seleção de eixos de identidade para esses políticos.

“Político não vive sem mídia e nem jornalista sem notícia”. O jornalista Ronaldo Paixão (1996, p.129) explica que o relacionamento entre o assessor de imprensa do legislativo e jornalistas de veículos de comunicação dos mais diferentes tipos, numa Câmara Federal como a nossa, que possui 513 membros, “é tarefa

⁸ O Ato Institucional nº 5, ou AI-5, foi um instrumento de poder que deu poderes absolutos ao regime militar. Representou o ápice da radicalização do regime e inaugurou o período em que as liberdades individuais foram restringidas no Brasil.

complexa, que se dá em diferentes níveis”. Mas, para o autor, não há grandes obstáculos impostos à busca de informação.

Fala-se com o deputado de primeiro mandato como com o que tem 20 anos de Câmara. Encontra-se no gabinete, no corredor, no restaurante, em casa e no celular, o líder, o presidente, o governista, o dissidente. O assunto de reuniões raramente persiste em segredo mais do que algumas horas, com sorte dias, tantos são os atores em cena. Num mesmo momento pode-se estar tratando, por exemplo, da reforma da previdência e da reforma do Estado, da lei de patentes, da possível reeleição do Presidente da República, e da necessidade de uma maior fiscalização do sistema financeiro (PAIXÃO, 1996, p. 129).

Obstáculos para a imprensa buscar informações junto aos parlamentares não são grandes, na verdade, como o autor acima destacou, os políticos precisam da mídia. Durante o mandato, de quatro anos no caso dos deputados, ou oito anos para os senadores, eles precisam mostrar o que estão fazendo para sua base eleitoral, na busca da reeleição ou de um cargo estratégico.

Assim, na maioria das vezes, os jornalistas têm acesso fácil aos políticos, principalmente, em um órgão como o Congresso Nacional em que as tribunas de imprensa⁹ ficam muito próximas ao Plenário¹⁰ das duas casas e, por este ser um local de intenso “trânsito” dos parlamentares, muitas vezes a conversa com a imprensa ocorre de forma trivial ali mesmo em frente ao Plenário. Com isso, o assessor de imprensa acaba nem tendo um conhecimento prévio sobre as declarações do assessorado à imprensa.

No manual voltado para os profissionais do setor, a FENAJ (1994) defende que prática como a descrita no parágrafo anterior é condenável. Para a instituição, esta é uma forma de desrespeito ao trabalho e à função da assessoria de imprensa. Mafei (2004) defende idéia distinta. A autora diz que o assessor não é dono, nem cão de guarda de seu assessorado. Para ela, o profissional existe para facilitar o contato do

⁹ Local próximo ao plenário (no caso da Câmara e Senado Federal) onde os jornalistas de diversos veículos de comunicação trabalham. A tribuna de imprensa está equipada com computadores com acesso à internet, telefones, impressora e estúdios para que os jornalistas de rádio e tv possam gravar os textos das reportagens.

¹⁰ Existe um Plenário na Câmara e outro no Senado. Nele os parlamentares se reúnem em sessões deliberativas e não-deliberativas para discursar e votar matérias de interesse nacional.

jornalista com o assessorado e não para bloquear, impor condições ou interferir quando o repórter avança ou pede o número do telefone celular, por exemplo.

Para os assessores entrevistados, a prática gera controvérsias. Treze dos profissionais consultados para este trabalho acreditam que o contato direto entre repórter e parlamentar não modifica o trabalho desenvolvido. Ao contrário, para eles, essa é mais uma opção de divulgação e também uma forma de alcançar o objetivo principal do trabalho que é colocar o parlamentar na mídia. Para dois entrevistados a prática atrapalha o trabalho da assessoria, seja por deixar o assessor desinformado, seja por dificultar a aplicação de estratégias de comunicação.

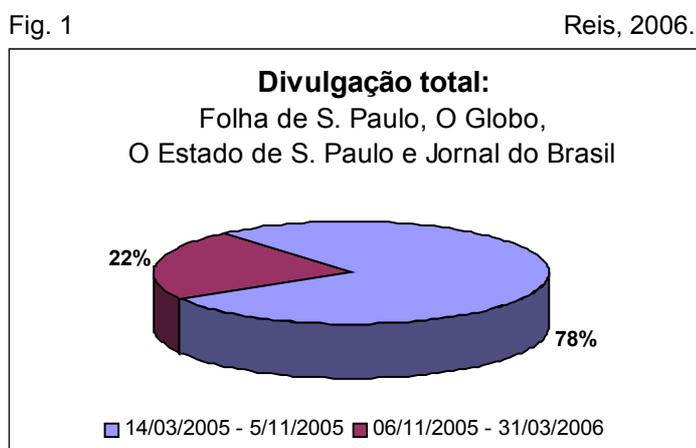
Se de um lado, o caminho que o jornalista percorre para chegar ao parlamentar é acessível, de outro, o trajeto a ser seguido pelo assessor de imprensa para colocar um parlamentar considerado, por exemplo, do baixo clero¹¹ em constante contato com a grande imprensa não é fácil.

Conforme relato dos assessores entrevistados, é na mídia regional que eles encontram espaço fértil para divulgar a opinião e a atuação de seus parlamentares. A maioria trabalha com uma lista de contatos de veículos de comunicação que estão no interior do estado do parlamentar. São contatos de jornais veiculados nos estados e nos municípios, rádios locais comerciais e comunitárias e canais regionais de televisão. Os meios de comunicação que integram a grande mídia também estão relacionados entre os contatos desses profissionais. Mas, como a maioria destacou, o envio de algum material para esses veículos só ocorre quando o assunto tem repercussão nacional e quando existe oportunidade “visível” de emplacá-lo nessa mídia.

A divulgação das ações dos parlamentares da CPMI da emigração feita por 12 assessores (todos os que fizeram alguma divulgação) foi direcionada para a mídia regional. Aspecto curioso é que o assunto teve boa inserção nos quatro jornais pesquisados, que representam a grande imprensa: O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Principalmente de 14/3/2005 a 5/11/2005, que foi a época em que a novela “América” foi ao ar pela TV Globo. De acordo com a presente pesquisa, no primeiro período (de 14/3/2005 a 5/11/2005) foram divulgadas 175

¹¹ Expressão usada para designar o grupo de deputados de pouca expressão, porém majoritário na Câmara.

matérias sobre a problemática da emigração ilegal e que falam sobre a CPMI. No segundo período que vai de 6/11/2005, um dia após o término da novela América, até 31/3/2006, foram divulgadas 50 matérias, sobre emigração ilegal e que citam a comissão. Em relação ao total divulgado no dois períodos pesquisados, que corresponde a 225 matérias, a quantidade publicada no primeiro momento é 3,5 vezes maior que o total divulgado no segundo período. O resultado pode ser visualizado no gráfico abaixo (fig. 1):



Para estudiosos da comunicação, uma das explicações para a divulgação bastante diferenciada entre um período e outro ainda estando o tema vigente e sendo assunto de interesse público pode ser o agendamento de assuntos. O fenômeno explicado por alguns teóricos sugere o que vai estar na pauta diária das conversas dos indivíduos e da imprensa em geral.

2. O EFEITO “AGENDA” E A DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DA CPI

2.1 O agendamento no parlamento brasileiro

O Jornalista Felipe Pena (2005), no livro “Teoria do Jornalismo”, explica que a teoria do agendamento, ou “agenda-setting” como é conhecida, defende a idéia de que o público tende a considerar mais importante os assuntos que são veiculados na imprensa e sugere que os meios de comunicação agendam nossas conversas. Ou seja, a mídia nos diz sobre o que falar e pauta nossos relacionamentos.

Segundo ele, o agenda-setting surgiu nos Estados Unidos, no começo da década de 1970, como reação a uma outra teoria: a dos efeitos limitados¹², que teve seu auge entre os anos 1940 e 1960. Pena (2005) explica que o agendamento representa a insatisfação da nova geração de pesquisadores em comunicação, que tinha experiência prática em redações.

O estudioso Mauro Wolf (2001) relata, em sua obra “Teorias da Comunicação”, como ocorre o efeito agenda:

Os mass media, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo que é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto fundamental do agenda-setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida por empréstimo pelos mass media. (SHAW, 1976, p. 96 apud WOLF, 2001, p. 145)

Wolf (2001) destaca que a hipótese do agendamento faz com que a mídia seja eficaz na construção da imagem da realidade que nós estruturamos diariamente. Ele explica que entre os veículos de informação podem existir diferentes formas de provocar o efeito agenda, mas, no fim das contas, todos corroboram para o agendamento.

¹² A teoria dos "efeitos limitados" ou "two step flow" é uma abordagem que coloca em relevo, desde a década de 40, o contexto social como variável para se pensar o efeito dos meios de comunicação. Esta teoria se ocupou, sobretudo, do estudo de grupos sociais, seu funcionamento, o papel de seus líderes. A caracterização desses grupos servia para melhor compreender o tipo de filtragem ou de negociação que era proposto pelos meios de comunicação.

Na maioria dos casos, de acordo com Pena (2005, p. 144-145), “estudos baseados na teoria referem-se à confluência entre a agenda midiática e a agenda pública”. Mas, o autor explica que os objetivos não são apurar mudanças de voto ou de atitude. O que está em questão é a influência da mídia na opinião dos cidadãos sobre que assuntos devem ser prioritários na abordagem dos políticos.

A jornalista Malena Rodrigues (2002), em sua tese de mestrado, que originou o livro “Imprensa e Congresso ou Como a mídia pauta a Política”, pesquisou sobre o efeito agenda no Congresso Nacional brasileiro. A autora analisou durante o mês de maio de 1996 os pronunciamentos de parlamentares nos plenários da Câmara e do Senado e comparou-os com temas coincidentes abordados nos jornais do mesmo dia. Além disso, observou os requerimentos apresentados que pediam informações sobre fatos divulgados em jornais e colheu opiniões de parlamentares e assessores em relação ao agendamento do Congresso pela imprensa.

Entre os resultados da pesquisa, Rodrigues (2002, p.94) constatou que a mídia “agenda temas para deputados e senadores via assessoria de imprensa, dado que os assessores se preocupam em inserir ‘seu parlamentar’ nos meios de comunicação; agenda discursos parlamentares e requerimentos de informação; agenda discussões em comissões permanentes e pode incitar a criação de comissões temporárias; incide sobre ação parlamentar, às vezes reordenando-lhes o rumo; faz agendamento de temas latentes; constrói a realidade social”.

Alguns resultados enumerados pela autora podem ser observados também no levantamento feito pela pesquisadora do presente estudo. De acordo com a análise de Reis (2006) em relação a quantidade de matérias publicadas sobre emigração ilegal e sobre a CPMI em dois períodos distintos, no Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, é admissível constatar que houve uma abordagem maior sobre o assunto no primeiro período (14/3/2005 a 5/11/2005), tempo em que a novela “América” foi ao ar, do que no período posterior (6/11/2005 a 31/3/2005). Enquanto no primeiro momento, com duração de 237 dias, os quatro jornais pesquisados publicaram 175 matérias sobre o assunto (uma média de 0,74 por dia), no momento pós-América, como será denominado por este trabalho o segundo período, que durou 146 dias, foram publicadas 50 matérias, o que representa uma média de

0,34 por dia. Os dados mostram que durante a novela, os jornais publicaram diariamente 2,17 vezes mais matérias do que no pós-América.

Um ponto importante a ser destacado é o momento de criação da CPMI da emigração ilegal. Lembrando Rodrigues (2002), a imprensa pode pautar temas nas discussões em comissões permanentes e até estimular a criação de comissões temporárias no Congresso. Segundo levantamento feito junto ao sistema de pesquisa do Senado Federal em relação às matérias apresentadas por parlamentares, a pesquisadora observou que o pedido de abertura da CPMI em questão foi feito pelo então senador Hélio Costa (PMDB-MG) muito antes do início da novela. O senador apresentou requerimento pedindo a criação da comissão em 27/4/2004. No mesmo dia, o requerimento foi lido em plenário. Com isso, a comissão foi criada e só faltava a indicação dos membros pelos partidos políticos das duas casas para que ela fosse de fato instalada. No dia 2/12/2004, a comissão foi extinta por vencimento do prazo de funcionamento e nem a indicação de seus membros tinha sido efetuada. A matéria foi enviada ao arquivo.

Em 17 de março do ano seguinte, exatamente dois dias após o início da novela “América”, Hélio Costa fez discurso em plenário sobre a problemática da emigração e disse que iria encaminhar um requerimento pedindo nova abertura da CPMI da emigração ilegal. O requerimento foi protocolado no Senado e lido no plenário da casa em 5/5/2005. Em 22/6/2005, a comissão foi instalada e elegeu a presidência, vice-presidência e relatoria.

Não podemos afirmar categoricamente que a CPI é uma consequência da “novela das 8”. Mas, coincidentemente, na mesma semana em que a trama foi ao ar, a idéia da criação de uma CPMI para investigar a frequência de entradas irregulares de brasileiros no exterior veio à tona e foi levada adiante pelo parlamento, diferentemente do que ocorreu na primeira tentativa de se instalar a comissão. O programa que tem por finalidade entreter o telespectador, como é o caso da novela, reavivou a memória ou despertou novamente a preocupação dos parlamentares e da sociedade para este problema que não é novidade na nossa história.

Mas, é preciso também considerar outros fatores que estão intimamente conectados a essa atenção “especial” ao tema por parte de senadores e deputados.

Rodrigues (2002) explica que a interação das agendas pública e midiática funciona como uma via de mão dupla. Se, por um lado, a mídia pauta as discussões dos homens públicos, eles também criam situações para garantir espaço nela. Na maioria das vezes, é mais fácil para o parlamentar trabalhar com matérias que já têm destaque na imprensa e com isso pautar sua atividade legislativa apresentando projetos, requerimentos e discursando sobre assuntos que estão no foco dos meios de comunicação. Agendar, segundo Rodrigues (2002), é apenas um passo do processo legislativo. Mas, talvez o pontapé inicial para a maioria dos trabalhos que são desenvolvidos nessa esfera do poder.

2.2 O assessor de imprensa e o agendamento

Nos bastidores dessa busca por espaço na imprensa, está o trabalho de divulgação dos assessores de imprensa. Segundo Rodrigues (2002), esses profissionais traduzem as prioridades do momento e estabelecem estratégias a serem seguidas pelos senadores e deputados. Por meio dos veículos de comunicação, o assessor de imprensa pode até lançar um parlamentar, sem projeção nacional, para articulador¹³ no Congresso.

As assessorias de imprensa têm como estratégia dinamizar contatos com os jornalistas e neles cultivar interesse e confiança de procurá-las e acolhê-las. Antecipar-se e inserir o parlamentar na agenda midiática, ligá-lo a questão determinante até que seja proeminente, e os jornalistas identifiquem quem se relaciona a ela. A tendência de repórteres cobrirem certos temas leva parlamentares a se “especializarem” neles. (RODRIGUES, 2002, p.46)

A estudiosa lembra que além de procurar por espaço na imprensa a fim de conquistar o eleitor, o lugar na mídia também melhora a influência do parlamentar no Congresso. Segundo ela, autores pioneiros na formulação do “agenda-setting” como Maxwell McCombs e Donald Shaw verificam que conscientes do poder de agendamento da mídia os políticos criam situações para atraí-la. Fatos a que o autor

¹³ Parlamentar que se destaca como negociador e tem excelente trânsito no Congresso. É considerado o cabeça ou líder de outros parlamentares.

Adriano Duarte, citado por Rodrigues (2002), chama de “metacontecimentos”: acontecimentos correntes que ganham cara de novidade ao serem veiculados.

Na pesquisa, Malena Rodrigues, diz que muitos assessores de imprensa do Congresso Nacional defendem que um de seus papéis é tornar os assuntos parlamentares atrativos. Rodrigues (2002, p.30-31) conta que “há casos de informativos partidários tentando pautar a imprensa, selecionando aquilo que provoca reação nela” e exemplifica:

Em certa ocasião, um assessor de imprensa aproveitou notícia veiculada do Jornal Nacional – *TV Globo*, para elaborar projeto de lei que destacou um parlamentar. Calcava-se em matérias que subsidiariam os requerimentos de informação. Relata: “Tudo que diz respeito, na imprensa, à área social, o partido aproveita”. São práticas de rotina; é o que se espera do assessor. (RODRIGUES, 2002, p. 46)

De acordo com os assessores de imprensa entrevistados, o tema agendado pela imprensa é muito mais fácil de ser trabalhado. Eles dizem que é mais simples trabalhar com esses assuntos, já que existe maior interesse por parte do público. Ao serem perguntados se a novela “América” teria ajudado na divulgação, 11 responderam que sim. Alguns justificaram que a novela auxiliou na hora de escrever a matéria, pois assim puderam dar exemplos mais palpáveis ao público receptor da informação. Por outro lado, eles dizem que as dificuldades no momento da divulgação são muitas quando o assunto não vem sendo trabalhado pela imprensa. Um deles, que preferiu não ser identificado por este trabalho, relata: “É complicado, porque a mídia é muito voltada pra (sic) mídia, ela é muito pautada pela própria mídia, então você conseguir pegar um assunto que não é de interesse da mídia é complicado”.

Outro assessor conta que divulgar assuntos descolados da pauta midiática é mais fácil em mídias locais. Na imprensa nacional, segundo ele, é mais complexo: “além de a pauta precisar ser bem vendida é importante uma intensa comunicação com editores e repórteres”.

O professor acadêmico e jornalista Osmar Barreto Lopes (2003) diz que os mecanismos de relacionamento e aproximação dos assessores de imprensa com os jornalistas estão entre os elementos estratégicos desta atuação. Lara (2003) também defende a importância do bom relacionamento entre a assessoria e os jornalistas. O autor diz ser impressionante a rapidez com que uma empresa ou administração pública

e suas respectivas assessorias ganham a simpatia ou a antipatia dos repórteres e editores. “A fama corre rápido pelas redações. Jornalista é profissional que anda em bando, que está sempre junto em coberturas, mesmo trabalhando em veículos diferentes. E conversam muito entre si” (LARA, 2003, p. 25).

Rodrigues (2002) também ressalta a importância do relacionamento entre o jornalista e a fonte, no caso a assessoria, já que as relações profissionais do repórter têm influência decisiva na escolha do que será (ou não) notícia.

Entre os profissionais entrevistados, oito acham importante ter contato com os jornalistas ou editores que recebem o material produzido por eles. Mas, os outros nove dizem que além de não ter proximidade com os “colegas” da redação, não estão trabalhando a fim de ampliar essas relações.

2.3 A divulgação durante e pós-América

Além de observar a quantidade total de matérias publicadas no Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo sobre a emigração ilegal durante e após a novela “América”, a pesquisadora levantou dados sobre quantas matérias fizeram referência aos trabalhos da CPMI em questão.

Antes de os resultados serem apresentados, veja os relatos de alguns entrevistados sobre o trabalho de divulgação desenvolvido em relação ao desempenho de seus parlamentares na comissão:

“Assim fiz uma ou outra matéria do dia-a-dia, mas tudo factual, nada de especial”.

“O maior espaço (e o de mais repercussão) que consegui na mídia, em relação à CPI, foi justamente na sua instalação, com a divulgação do fato determinado a ser investigado, a linha de investigação e o objetivo pretendido. No decorrer dos trabalhos da CPI senti mais dificuldades na divulgação do trabalho (basicamente consegui apenas notas em colunas políticas) e ouvi muito que a CPI buscava apenas tirar o foco das notícias negativas que pesavam contra o Governo Federal”.

“Não houve maior repercussão, porque a crise política deixou outros temas em segundo plano (...) Não é assunto prioritário para a maioria dos brasileiros”.

Pesquisadora: “Mas acontece de você mandar matéria de nível nacional?”.

Assessor: “Dependendo da importância, não chegou a acontecer”.

Entre os 17 entrevistados, 12 fizeram algum tipo de divulgação da atividade de seus parlamentares na CPI. Os outros cinco assessores não realizaram qualquer tipo de trabalho que envolvesse a CPMI e um deles nem sabia que seu parlamentar participava da comissão.

Para cada uma das entrevistas, foram dadas explicações diferentes sobre a divulgação realizada. Alguns dizem que o assunto não esteve entre as prioridades na hora de divulgar, porque também não estava entre as preferências dos senadores ou deputados. Outros explicam que as dificuldades em publicar matérias sobre o assunto estão relacionadas à crise ética à crise ética¹⁴ por que a política brasileira nos anos de 2005 e 2006 e aos trabalhos das outras CPI's em funcionamento no Congresso: CPMI dos Correios¹⁵ e CPI dos Bingos¹⁶. E há ainda assessores de imprensa que dizem que o problema não desperta interesse para muitos brasileiros.

A maioria dos entrevistados que fez uma divulgação (grande ou pequena) sobre o trabalho do parlamentar na CPMI disse ter direcionado o assunto para a mídia regional, isto é, para veículos de informação dos municípios e da capital do estado que o senador e o deputado representa. A explicação para tal direcionamento foi a falta de abertura para publicar o assunto na mídia nacional.

Entre os resultados da presente pesquisa, pode-se observar que a inserção de informações sobre a CPI mista da emigração ou sobre o trabalho dos parlamentares que fazem parte da comissão poderia ser maior nos quatro jornais pesquisados. No período em que a novela “América” foi ao ar (14/3/2005 a 5/11/2005), das 175 matérias publicadas sobre o assunto, 14 citam ou fazem referência à comissão,

¹⁴ Considerada uma das maiores crises da política brasileira, ocorrente no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Está relacionada ao chamado escândalo do “mensalão” ou esquema de compra de votos de parlamentares. O “mensalão” seria uma variante da palavra “mensalidade” usada para se referir a uma suposta “mesada” paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo.

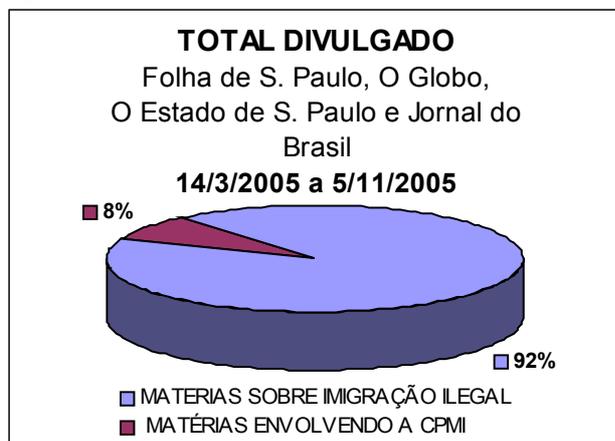
¹⁵ A CPI mista dos Correios foi criada para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios — Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

¹⁶ A CPI dos Bingos foi instalada para investigar o primeiro escândalo de importância no governo Lula: a atuação do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, flagrado em vídeo negociando propina com um empresário do ramo de jogos.

o que representa 8% do total. O gráfico abaixo mostra o que as 14 matérias representam diante do total divulgado (fig.2).

Fig. 2

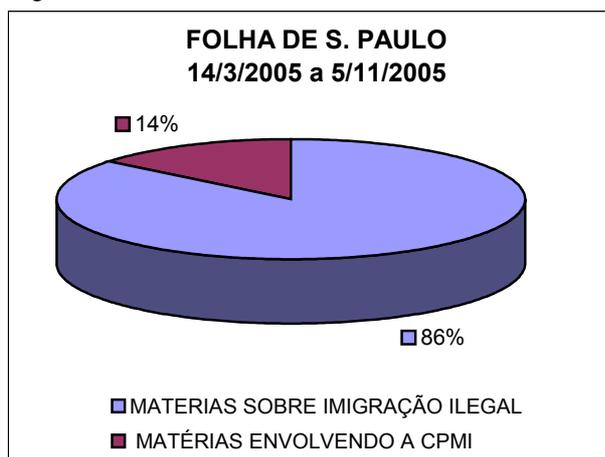
Reis, 2006.



A pesquisadora também comparou a quantidade de matérias divulgadas por cada um dos quatro jornais pesquisados durante o mesmo período. De acordo com pesquisa realizada pela autora deste trabalho, e com gráficos compilados com base nesses números, o jornal que mais falou sobre a comissão em proporção foi a Folha de S. Paulo, como ilustra o gráfico a seguir (fig.3):

Fig.3

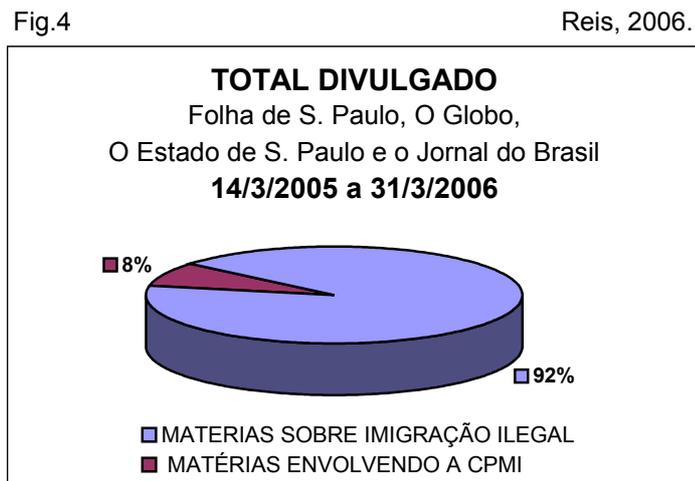
Reis, 2006.



A autora desse trabalho observou ainda que o jornal que menos publicou matérias sobre emigração ilegal envolvendo a CPI, em proporção, foi o Jornal do Brasil. Apenas 5% das matérias produzidas pelo veículo citavam a comissão ou seus membros.

No segundo período, apesar da produção ter caído mais da metade, passando de 175 matérias para 50, as matérias sobre a CPMI continuaram representando a mesma porcentagem diante do total, ou seja, 8%. Das 50 matérias publicadas, apenas 4 falam dos trabalhos da comissão. Mas, a comparação entre a produtividade de cada jornal foi invertida. A Folha de S. Paulo, junto com o Globo, foram os que menos falaram da comissão: 7% do total publicado. Já o Jornal do Brasil foi o que, em proporção, divulgou mais os trabalhos dos parlamentares: 11% do total.

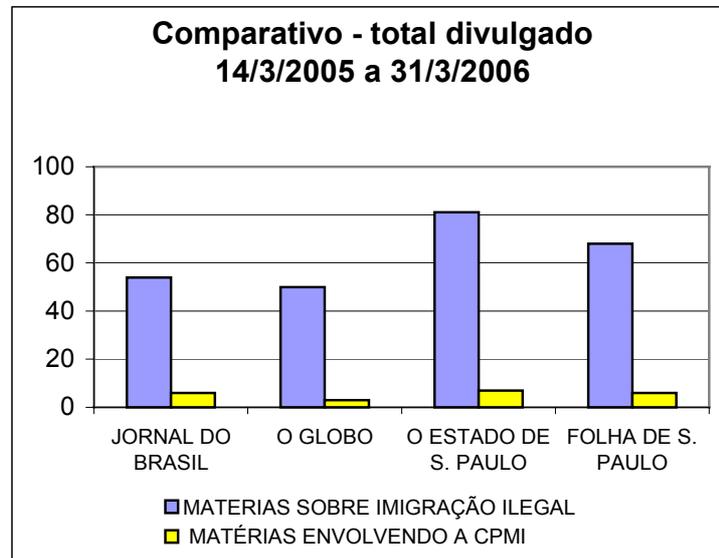
Em relação ao período total da pesquisa, isto é, durante e após a novela, a proporção das matérias que citam a comissão continuou a mesma: 8% do total. Das 225 matérias publicadas sobre o assunto, apenas 18 fizeram referência a CPMI. O dado é ilustrado pelo gráfico abaixo (fig.4):



Este trabalho também comparou a produtividade total de cada jornal em relação às matérias em destaque neste trabalho: as que tratam sobre emigração ilegal e que falam sobre a CPMI. Numericamente, o jornal que mais produziu matérias sobre a problemática da emigração e sobre os trabalhos da CPMI foi O Estado de S. Paulo. Durante todo o período pesquisado, o jornal publicou 72 matérias sobre emigração e 6 sobre a CPI. A comparação entre este jornal e os outros três estudados é representada a seguir (fig.5):

Fig.5

Reis, 2006.



De acordo com alguns assessores, só é dada uma atenção maior para a divulgação do trabalho do parlamentar em relação a uma comissão específica quando o senador ou deputado possui um cargo de maior visibilidade dentro dela. O assessor de um dos senadores explica como define as prioridades no seu caso: “a não ser que o senador seja o *feedback* de uma CPI, um relator, aí você tem que dar uma atenção específica. Se ele é o presidente aí tem que dar uma atençãozinha (sic) maior”.

No total, isto é, nos dois períodos pesquisados, foram divulgadas 18 matérias (incluindo notas de colunistas) sobre a CPI da emigração ilegal e que são, em sua maioria, positivas para a comissão. Das 225 matérias sobre emigração ilegal e a CPI, apenas uma possui caráter negativo. Na matéria “Severino distribuiu viagens ao baixo clero”, o Estado de S. Paulo fez críticas às inúmeras viagens feitas por deputados às custas da Câmara dos deputados e cita a viagem do deputado Hidekazu Takayama (PMDB-PR) a Boston e Cambridge para buscar informações sobre a emigração brasileira.

Entre as opiniões desses profissionais, destaca-se a idéia de criar uma assessoria de imprensa da própria comissão. O que existe hoje em cada comissão temporária do Congresso é a designação por tempo determinado de um secretário. A função deste servidor está ligada a questões administrativas, mas segundo o atual

secretário da CPMI da emigração ilegal, muitas vezes ele também acaba servindo de assessor de imprensa em certos momentos.

2.4 Contra-ponto: assessoria segundo os teóricos e a prática no legislativo

A diferença entre o que diz a teoria e o que é feito na prática não é novidade. Mas, de acordo com alguns autores pesquisados, o trabalho de uma assessoria de imprensa está fundamentado na elaboração de textos para os veículos de comunicação, na organização de entrevistas coletivas, no atendimento aos jornalistas, além de basear-se no planejamento e execução de estratégias necessárias.

Grande parte dos profissionais entrevistados realiza o trabalho de divulgação junto à mídia regional e o inusitado é que muitos nem chegam a produzir um dos instrumentos que de acordo com Duarte (2003) simboliza o trabalho da assessoria: o release¹⁷. A maioria dos assessores acaba enviando para os veículos de comunicação locais a matéria na íntegra e já no formato para ser divulgada. E o que ocorre, segundo eles, é que na maioria das vezes a matéria é publicada da mesma forma como foi enviada.

A rotina de divulgação dos assessores, de acordo com as respostas obtidas, depende muito das ações do parlamentar. Os entrevistados dizem que o envio de informações ou matérias finalizadas para os veículos não pode ser medido com exatidão. Muitos responderam que enviam informações para as redações, em média, três vezes por semana.

“Assessoria de imprensa que trabalha com política é muito dinâmica e imprevisível. Não há tempo para isso”. A resposta foi dada por uma assessora de imprensa de senador ao ser questionada sobre a viabilidade de realizar um plano de comunicação¹⁸ ou ainda um plano de divulgação jornalística¹⁹. Como ela, 14 assessores responderam que não fazem planejamento algum.

¹⁷ Material informativo distribuído aos jornalistas. É uma proposta de assunto, uma sugestão de pauta do ângulo de quem o emite, no caso a assessoria de imprensa.

¹⁸ Segundo Duarte (2003-3, p. 250), este seria um plano mais geral da organização que integraria todos os departamentos que trabalham com a comunicação da empresa. O plano “define ações para a rotina e

De acordo com Duarte (2003), o planejamento da comunicação após identificar as posições e interesses do assessorado ajuda a estabelecer metas e traçar formas de alcançá-las. Para o autor, esta é uma maneira de garantir maior eficiência para o trabalho, já que o assessor irá esboçar estratégias prevendo ações de curto, médio e longo prazo e mensurar previamente os resultados a serem obtidos.

Entre os três entrevistados que afirmaram fazer planejamento, a maioria trabalha para os senadores. Mas, de acordo com a descrição que eles fizeram sobre o plano de trabalho que é feito, este chega ser mais parecido com um relatório das atividades desenvolvidas do que com um plano de divulgação. Entre os assessores de deputados, apenas uma assessora faz planejamento. Mas, vale destacar que ela trabalha para uma empresa que presta o serviço de assessoria de imprensa para vários “clientes” e, nesse caso, ela é responsável por fazer a divulgação das ações do deputado.

Veículos de comunicação próprios do assessorado também são ferramentas de que dispõe o assessor para traçar estratégias de divulgação. Dezesesseis entrevistados dizem que desenvolvem meios de informação próprios. Entre os parlamentares da CPI mista da emigração, 64,7% possuem informativos impressos e 70% têm uma página própria na internet. Ao compararmos senadores e deputados, 100% dos senadores, com base nas respostas dos entrevistados, possuem sítios.

Outra atividade típica da assessoria de imprensa, segundo Duarte (2003), é o clipping, isto é, a identificação rotineira de matérias que citam o assessorado ou que tratam de assuntos de interesse do mesmo. O autor explica que o trabalho pode ser realizado pelo próprio assessor, por alguém da assessoria, estagiários ou por meio da contratação de empresas especializadas. Apesar de o clipping ser fundamental para o diagnóstico de trabalho das assessorias, muitos profissionais acabam não realizando essa coleta de forma categórica. É o caso da maioria dos assessores entrevistados para essa pesquisa.

crises, prioridades, recursos humanos e materiais, sistema de avaliação, orçamento, explicita estratégias e instrumentos, estabelecendo os procedimentos de cada área”.

¹⁹ Duarte (2003-3) explica que este seria um planejamento limitado às ações para divulgar as ações do assessorado junto à imprensa.

De acordo com 13 assessores, o clipping é feito, mas não de forma sistemática. Alguns relataram que o recorte de matérias sobre o senador ou deputado é feito pela secretária do gabinete. Outros assessores utilizam o clipping eletrônico da Radiobrás, que apesar de eficiente é limitado apenas a jornais de grande circulação. Apenas dois assessores possuem um clipping mais ordenado. É o caso da assessora que presta serviços para um dos deputados por meio de uma empresa especializada em assessoria e de outro assessor que contratou os serviços de uma empresa especializada em clipping. No entanto, nenhum dos clippings desses assessores foi suficiente para que a análise quantitativa de matérias sobre a emigração ilegal e os trabalhos da CPMI pudesse ser realizada. Por esse motivo, a coleta de reportagens teve de ser feita exclusivamente por esta pesquisadora.

Duarte (2003, p. 243) diz ser comum certo descaso com o clipping. “O serviço de recortes é subtilizado em muitas assessorias, pois se limita ao registro para efeito de arquivo e circulação entre os interessados dos recortes referentes à própria organização”.

O autor Wilson da Costa Bueno defende que o clipping deve ser mais bem trabalhado, já que dele depende o ato de transformar a informação em conhecimento, isto é, chegar a resultados fiéis em relação a imagem do assessorado diante da sociedade e para mensurar a produtividade da assessoria.

Bueno (2003) explica que nos dias atuais o trabalho de avaliação das instituições brasileiras em relação à imagem e a presença dos seus concorrentes na mídia têm se baseado no amadorismo. Isto é, grande parte da análise que é feita se embasa em dados mal coletados: clippings feitos por terceiros, que não trazem informações necessárias sobre o material. O autor afirma que a atividade de “clippagem” vai além da quantificação de recortes. Esta requer a análise descritiva e detalhada do contexto em que o material foi publicado e daí o porquê de gerar conhecimento a partir de informações.

A auditoria é uma forma de a assessoria mensurar o trabalho que está realizando quantitativa e qualitativamente. Entre os assessores pesquisados, 12 nunca fizeram qualquer tipo de diagnóstico do próprio trabalho. Dois assessores dizem fazer análises informalmente sobre o trabalho realizado em reuniões com todos os

funcionários do gabinete. Apenas uma assessora de imprensa diz fazer uma avaliação mensal analítica e qualitativa de todo o material recolhido no clipping: a profissional que presta serviços para o deputado, mas que trabalha na empresa especializada em assessoria de comunicação.

Duarte (2003) diz que a falta de habilidade em lidar com jornalistas por parte do assessorado é natural. Assim, outra ferramenta utilizada pelos assessores é o treinamento para fontes, mais conhecido por media training. Segundo ele, os cursos de media training podem ser terceirizados, ao passo que o próprio assessor também pode fornecer informações e treinamentos básicos, atingindo muitas vezes resultados até superiores. Nove entrevistados afirmam que nunca fizeram qualquer tipo de treinamento com os parlamentares. Oito explicam que nunca fizeram um treino metódico, mas que “dão” toques para o assessorado dependendo da situação. Somente um assessor confirmou ter feito o media training com o parlamentar por meio de uma empresa especializada.

Outro dado levantado durante a entrevista foi em relação ao conhecimento por parte dos senadores e deputados a respeito da finalidade de ter um assessor de imprensa. 100% dos entrevistados acreditam que seu parlamentar tem idéia do que é o trabalho e da importância de uma assessoria de imprensa.

Koplin e Ferraretto (2000) defendem que embora a exigência de filiação partidária seja absurda, certa afinidade de princípios entre o assessor de imprensa e o assessorado é necessária, por menor que seja. Os autores dizem ser difícil imaginar alguém de extrema-direita assessorando uma pessoa de extrema-esquerda e vice-versa. Lara (2003) compartilha a mesma idéia. Ele diz ser desejável que o assessor se identifique com a causa defendida. O profissional pode até ter preferência partidária ou mesmo ser filiado a um partido, no entanto, é preciso que ele saiba separar isto dos seus afazeres enquanto assessor (LARA, 2003). Entre os entrevistados, 86,6% acham que a afinidade política com o senador ou deputado é importante. O restante defende que é nessas horas que o assessor mostra ser um bom profissional, assim, nesse caso, o trabalho deles independe, digamos, de uma boa relação ideológica.

CONCLUSÃO

A história do trabalho de divulgação no poder público se confunde com a história política (conturbada) de nosso país. Como bem lembrou Barros, Duarte e Martinez (2001), foi como bloqueadores do fluxo de informações que os assessores de imprensa do setor ficaram conhecidos na época do regime militar. E até nos dias de hoje não é difícil notar certo preconceito com os jornalistas que trabalham na área.

No Congresso Nacional, muitos são os parlamentares que possuem um profissional exercendo as atividades de assessoria. No caso da CPMI da emigração ilegal, apenas um dos 22 parlamentares não tinha assessor de imprensa. Isso mostra que é um bom mercado para os jornalistas. Mas, também um campo de trabalho que exige muita responsabilidade do profissional, já que o acesso à informação além de direito tornou-se requisito fundamental para a construção da cidadania.

Apesar de a problemática da emigração ilegal ser assunto de interesse público, ter valor notícia e ganhar apoio considerável de uma novela da Rede Globo, o trabalho dos assessores de imprensa entrevistados ficou longe do ideal que preconiza especialistas no assunto. Como foi mencionado, entre os 17 entrevistados, 12 disseram ter feito algum tipo de divulgação. Mas, na verdade, como alguns relataram, o “esforço” da assessoria não passou de três ou quatro releases.

De acordo com a maioria dos assessores, a divulgação das atividades da CPMI foi direcionada para a mídia regional. Justificativa? A falta de abertura para publicar o assunto na mídia nacional. Entretanto, segundo levantamento feito pela pesquisadora em relação à quantidade de matérias sobre emigração ilegal publicadas na Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, o tema teve periódicas inserções nos quatro jornais.

A pesquisadora especificou dois períodos diferentes para realizar o levantamento dos dados: durante e após a novela “América”. Isto porque se observou que o tema trouxe à tona um problema que não é novidade. No caso, emigração ilegal como saída para melhorar de vida. De acordo com os dados da pesquisa, pode-se afirmar que houve agendamento do tema durante a novela em detrimento do segundo momento. Como foi mostrado, os quatro jornais produziram quantitativamente três

vezes mais matérias durante a novela do que no período posterior. Apesar de haver diferença na duração de cada período, o primeiro com 237 dias e o segundo com 146 dias, a produção diária dos quatro jornais no primeiro momento foi 2,17 maior do que no pós-América.

Entre as matérias que citam os trabalhos da comissão, a diferença também é notável. De 14 matérias produzidas durante a novela, caiu para quatro após a exibição da trama. Uma diferença de 3,5 vezes mais matérias entre um período e outro.

No total, os quatro jornais pesquisados produziram 225 matérias sobre a problemática da emigração e apenas 18 citaram de alguma forma os trabalhos da CPMI. De certa forma, a diferença é substancial: 207 matérias sobre emigração e 18 sobre a CPI. A comissão que está trabalhando para solucionar problemas relacionados aos imigrantes brasileiros não conseguiu entrar em 10% das matérias sobre o tema, representando 8% do total.

Assim, justificar que houve falta de abertura para publicar o assunto na mídia nacional não seria a melhor escolha. O resultado de divulgação dos assessores é considerável, mas poderia ter sido efetivamente melhor. Faltou trabalhar mais, priorizar o assunto e abranger o direcionamento da divulgação. Aqueles que trabalharam com o tema priorizaram tanto os jornais locais que acabaram “esquecendo” da grande mídia que oferece maior visibilidade ao parlamentar.

Onze assessores responderam que a novela “América” auxiliou a divulgação. Conforme eles disseram, o tema agendado pela imprensa é muito mais fácil de ser trabalhado. Por que, então, não aproveitaram o fato de o assunto estar em pauta?

Conforme Torquato (2002) defende, o profissional de assessoria de imprensa deve planejar e operar estratégias na busca de posições mais consistentes. Planejar não é ponto forte dos assessores pesquisados. Seria porque a política é muito dinâmica? Foi essa a explicação da maioria dos entrevistados. Mas, é preciso destacar que fazer planos para alcançar resultados específicos é uma das formas de o assessor saber de onde está partindo e aonde quer chegar. Assim, desprezar elementos como o clipping, o planejamento da comunicação, o contato com as redações, os releases, ou ainda o diagnóstico qualitativo e analítico do próprio trabalho é de certa forma abandonar instrumentos fundamentais para o trabalho estratégico do assessor.

A pesquisadora mostrou que houve a falta, por exemplo, de uma seleção sistemática de matérias publicadas sobre emigração ilegal por parte dos assessores de imprensa pesquisados. Atividade que, segundo o escritor e jornalista Rivaldo Chinem (2003), é um dos serviços fundamentais da assessoria de imprensa.

Como defende Chaparro (1996), o assessor deve ser antes de tudo fonte no processo jornalístico. Assim, o bom agendamento jornalístico, a sugestão de pauta para a redação no momento certo, press-releases (textos divulgando a notícia), relações informais de confiança entre assessor e jornalistas são elementos que alavancam o trabalho da assessoria.

É preciso lembrar que pautando a mídia, as assessorias de imprensa também atuam no processo de formação da opinião pública. A divulgação no poder público deve ser cautelosa e também planejada. Aquele assessor que ficou conhecido como bloqueador de informações durante os governos militares não é e não pode ser o mesmo profissional que hoje atua no setor.

O parlamentar que atua no Congresso Nacional tem muitas atividades, participa de muitas comissões, discute sobre muitos assuntos. O assessor de imprensa, como foi enfatizado pelas fontes deste trabalho, deve priorizar seu ofício de acordo com a demanda do assessorado. Mas, antes de qualquer coisa é preciso lembrar da função social que o jornalismo lhe conferiu. Informação não é concessão do assessor, é direito (sagrado) do cidadão. Emigração ilegal é um tema muito sério e que precisa ser debatido além dos capítulos de uma novela. O profissional deve ter consciência de que é peça fundamental na construção de uma sociedade mais consciente de direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. T.; DUARTE, J.; MARTINEZ, R. E. **Comunicação**: discursos, práticas e tendências. São Paulo: Rideel, 2001.

BUENO, Wilson da Costa. Auditando a mídia ou como a mídia está me vendo? In: **Comunicação empresarial**: teoria e pesquisa. São Paulo: Manole. 2003.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Jornalismo na fonte. In: DINES, A.; MALIN, M. (Org.) **Jornalismo brasileiro**: no caminho das transformações. Brasília: Banco do Brasil, 1996.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (org). **Assessoria de imprensa e Relacionamento com a Mídia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de imprensa**: Como fazer. São Paulo: Summus, 2003.

DA SILVA, Luiz Martins. Imprensa e Cidadania: Possibilidade e Contradições. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e poder**. Coleção Comunicação. Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2002.

DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa no Brasil. In: **Assessoria de imprensa e Relacionamento com a Mídia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DUARTE, Jorge. Release: História, Técnica, Usos e Abusos. In: **Assessoria de imprensa e Relacionamento com a Mídia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DUARTE, Jorge. Produtos e serviços de uma assessoria de imprensa. In: **Assessoria de imprensa e Relacionamento com a Mídia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

EID, Marco Antonio de Carvalho. **Entre o Poder e a Mídia**: Assessoria de Imprensa no Governo. 1º ed. São Paulo. M.Books, 2003.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. **Manual Nacional de Assessoria de Imprensa**. Edição da CONJAI – Comissão Nacional dos Jornalistas em Assessoria de Imprensa da FENAJ. Rio de Janeiro: FENAJ, 1994.

FORNI, João José, FARIA, Armando Medeiros. O papel do assessor de imprensa mudou com o país. In: **Assessoria de Imprensa**: O papel do Assessor. Brasília: FENAJ, 1996.

KOPLIN, Elisa & FERRARETTO, Luiz A. **Assessoria de Imprensa**: teoria e prática. 1ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1993.

LARA, Maurício. **As Sete Portas da Comunicação Pública**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2003.

LOPES, Boanerges. **O que é Assessoria de Imprensa?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LOPES, Osmar Barreto. Glossário. In: DUARTE, Jorge (org). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAFEI, Maristela. **Assessoria de imprensa: como se relacionar com a mídia**. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Comunicação)

MARTINEZ, Maria Regina Estevez. Implantando e Administrando uma assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (org). **Assessoria de imprensa e Relacionamento com a Mídia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação Pública**. 1º ed. Campinas, SP. Editora Alínea, 2004.

PAIXÃO, Ronaldo. Assessoria de imprensa à Câmara dos deputados. In: **Assessoria de Imprensa: O papel do Assessor**, Brasília: FENAJ, 1996.

PEREIRA, Carlos, POWER, Timothy and RENNO, Lúcio. **Opinião pública, estratégia presidencial e ação do congresso no Brasil: "quem manda?"**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2006.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Comunicação Empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas e estruturas, planejamento e técnicas**. São Paulo: Summus, 1986.

RIELLA, Renato. Assessoria de imprensa para governos estaduais. In: **Assessoria de Imprensa: O papel do Assessor**. Brasília: FENAJ, 1996.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de Comunicação: Organizacional e Política**. 1º ed. São Paulo: Thomson, 2002.

VIANA, Francisco. **De cara com a mídia. Comunicação Corporativa, Relacionamento e Cidadania**. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

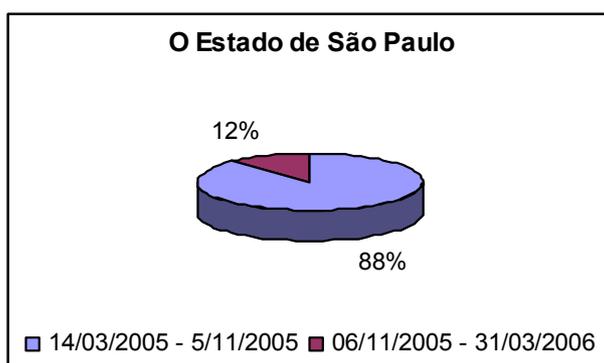
WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

APÊNDICE A - Gráficos I

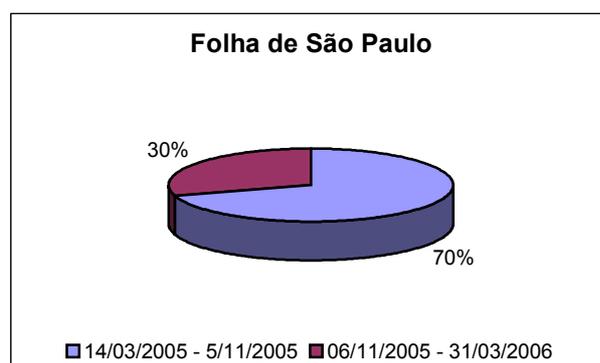
Comparativo entre o total de matérias sobre imigração ilegal divulgadas durante e após a novela "América".

- 14/3/2005 – 5/11/2005: exibição da novela
- 6/11/2005 – 31/3/2006: pós-novela

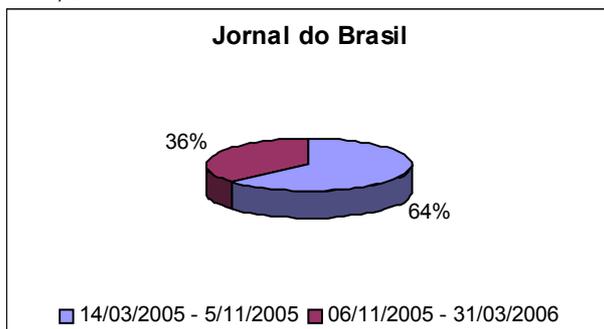
Reis, 2006



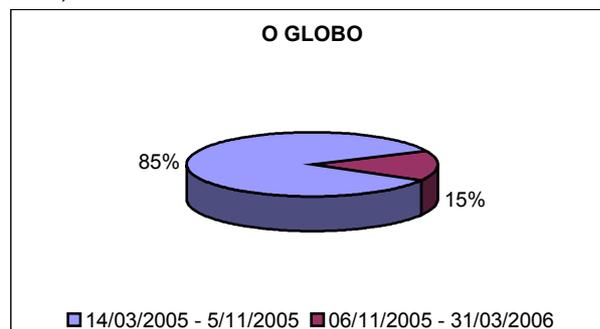
Reis, 2006



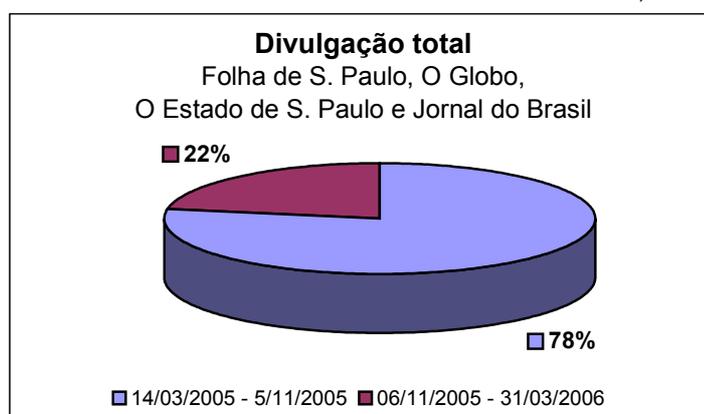
Reis, 2006



Reis, 2006



Reis, 2006.

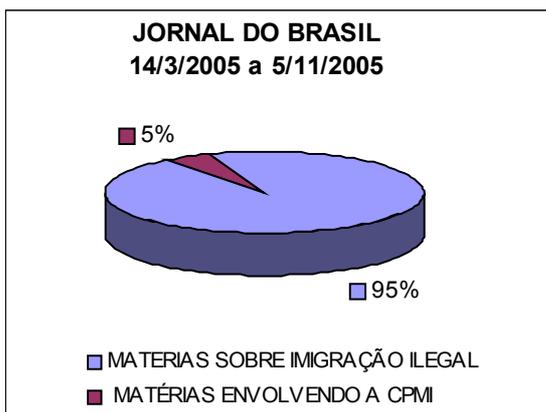


APÊNDICE B - Gráficos II

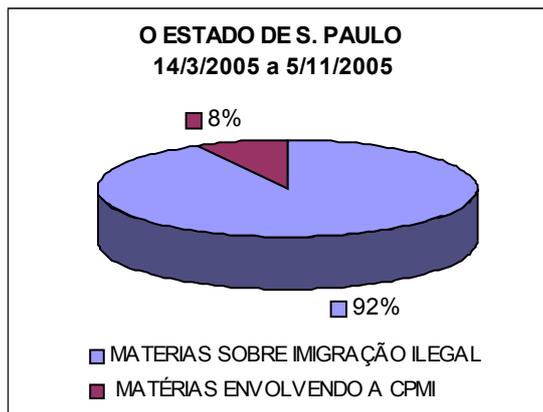
Comparativo entre as matérias divulgadas que tratam apenas da imigração ilegal e as que envolvem a CPMI da emigração ilegal.

- 1º Período: 14/3/2005 a 5/11/2005: exibição da novela América

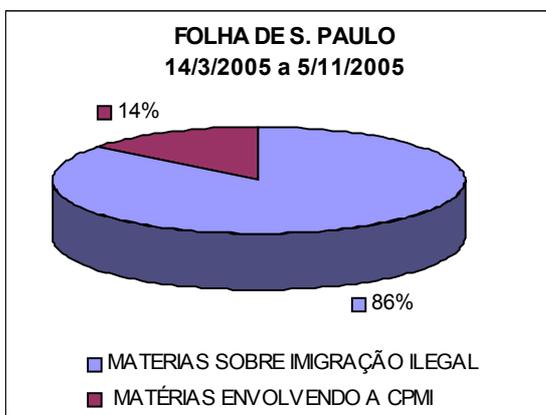
Reis, 2006



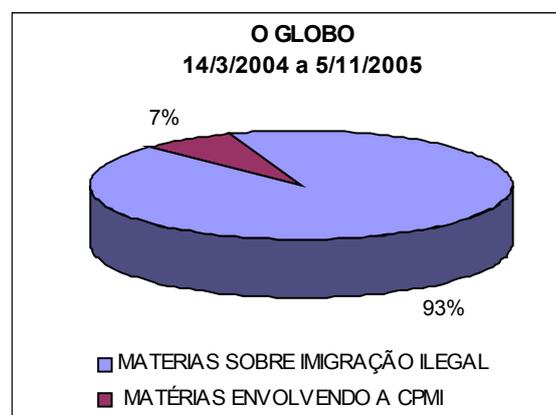
Reis, 2006



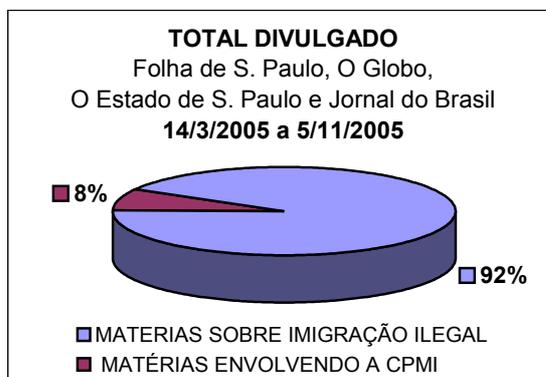
Reis, 2006



Reis, 2006



Reis, 2006

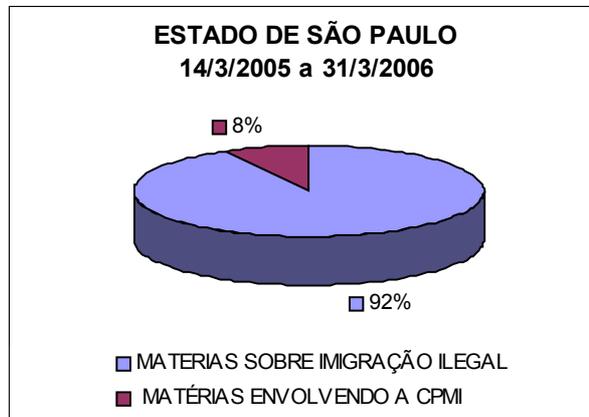


- Período Total - 14/3/2005 a 31/3/2006: durante e após a exibição da novela

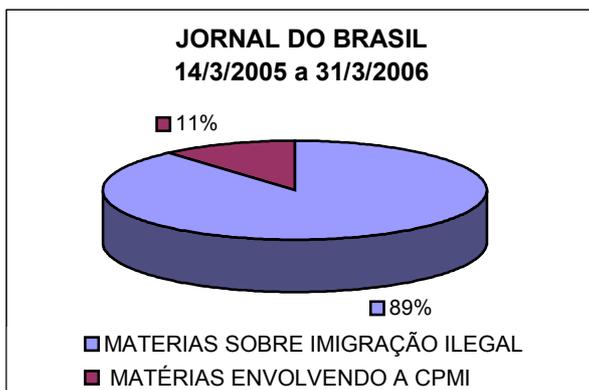
Reis, 2006



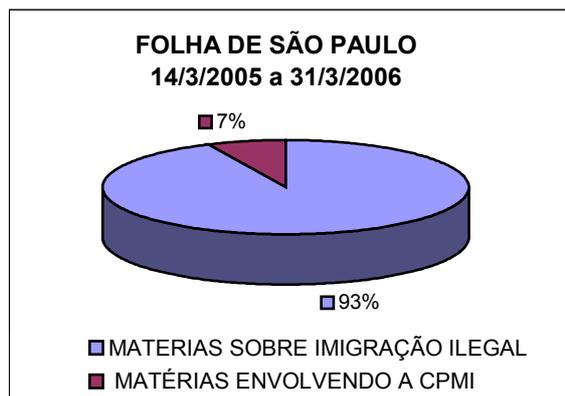
Reis, 2006



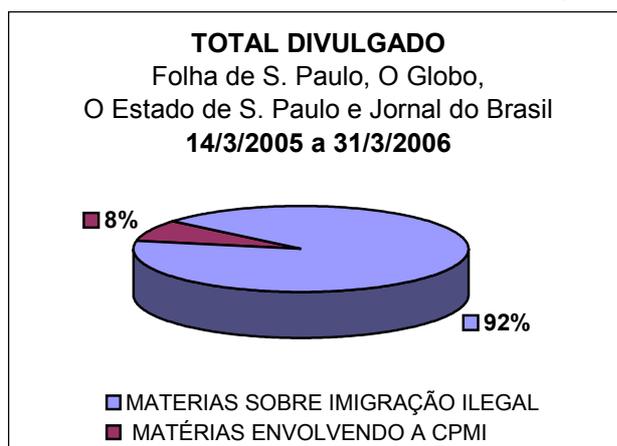
Reis, 2006



Reis, 2006



Reis, 2006

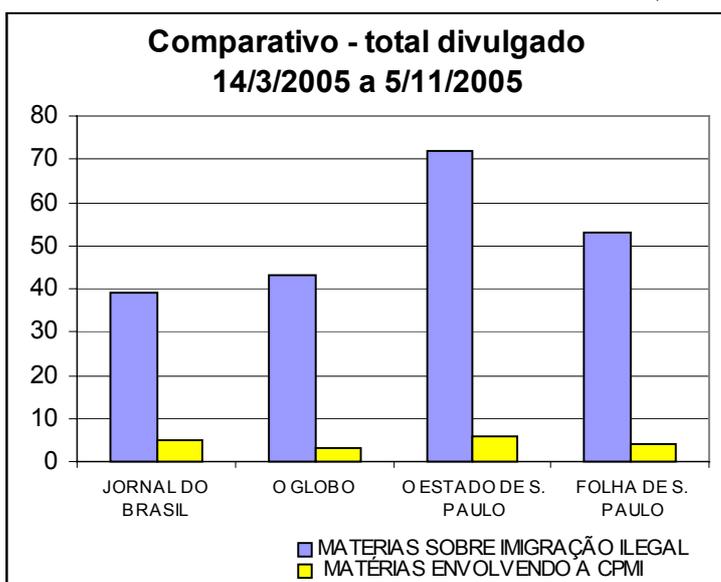


APÊNDICE C - Gráficos III

Comparativo entre o total divulgado sobre a problemática da imigração e sobre os trabalhos da CPMI da emigração nos quatro jornais estudados: Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil.

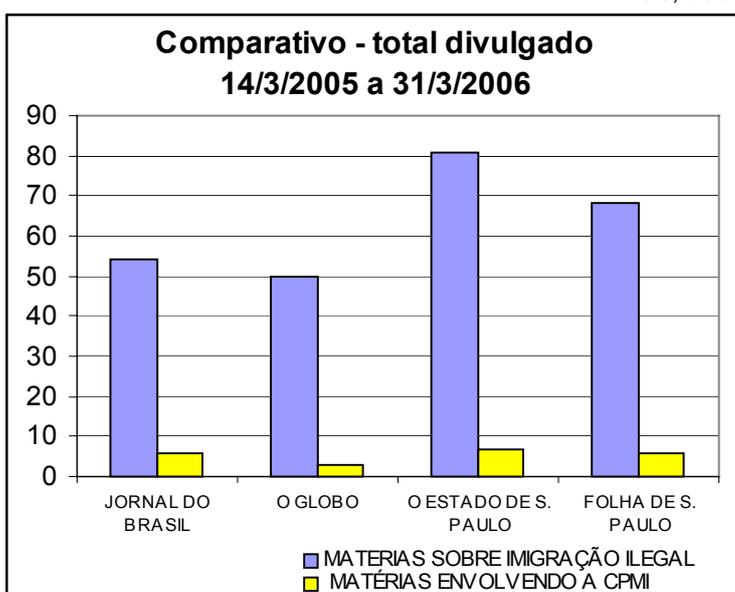
- 1º período: 14/3/2005 a 5/11/2005 – durante a novela “América”

Reis, 2006



- Período total: 14/3/2005 a 31/3/2006 – durante e após a novela “América”

Reis, 2006

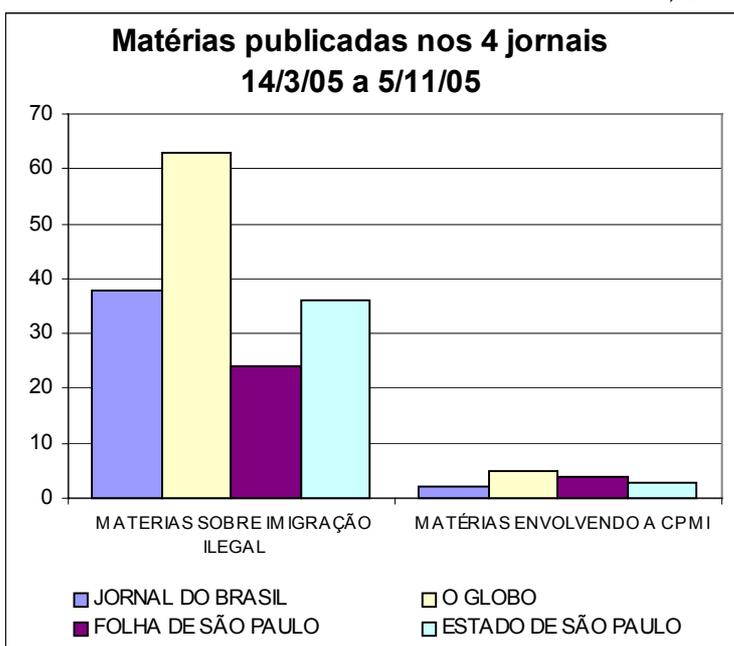


APÊNDICE D – Gráficos IV : outra visualização dos Gráficos III

Comparativo entre a produção de matérias sobre imigração e sobre a CPMI dos quatro jornais pesquisados, a saber: Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo.

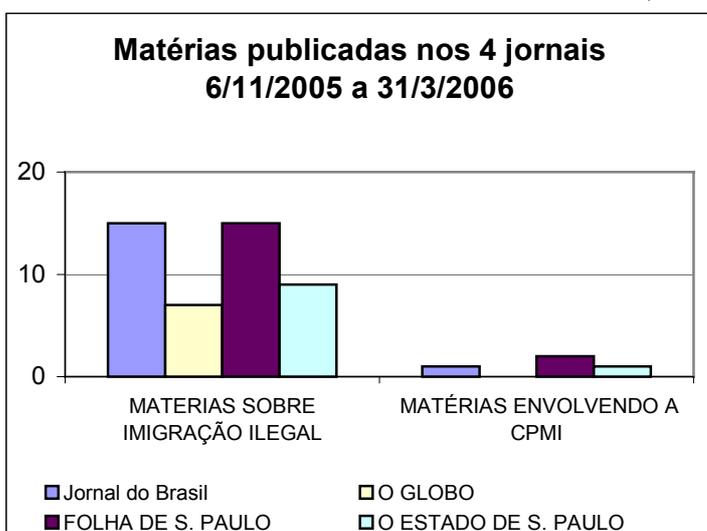
- 1º período: 14/3/2005 a 5/11/2005 – exibição da novela “América”

Reis, 2006



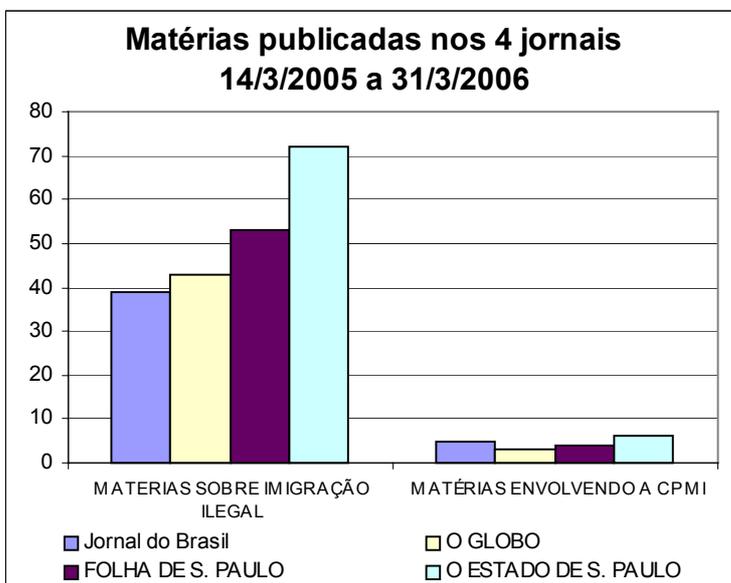
- 2º período: 6/11/2005 a 31/3/2006 – pós “América”

Reis, 2006



- Período total: 14/3/2005 a 31/3/2006 – durante e após a novela “América”

Reis, 2006



APÊNDICE E – QUANTIDADE DE MATÉRIAS DIVULGADAS NOS QUATRO JORNAIS PESQUISADOS

TABELAS CONSOLIDADAS

Folha de S. Paulo				
	Matérias sobre a problemática da imigração ilegal		Matérias sobre imigração, envolvendo a CPMI	
EDITORIAS	14/3/05 a 5/11/05	6/11/05 a 31/3/06	14/3/05 a 5/11/05	6/11/05 a 31/3/06
MUNDO	30	12	01	01
DINHEIRO	04	02	00	00
EDITORIAL	01	01	00	00
BRASIL	01	00	00	00
COLUNAS	02	00	01	01
TOTAL:	38	15	02	02

O GLOBO				
	Matérias sobre a problemática da imigração ilegal		Matérias sobre imigração, envolvendo a CPMI	
EDITORIAS	14/3/05 a 5/11/05	6/11/05 a 31/3/06	14/3/05 a 5/11/05	6/11/05 a 31/3/06
O PAÍS	22	04	02	00
MUNDO	05	02	01	00
ECONOMIA	03	00	00	00
COLUNAS	06	01	00	00
TOTAL:	36	07	03	00

Jornal do Brasil				
	Matérias sobre a problemática da imigração ilegal		Matérias sobre imigração, envolvendo a CPMI	
EDITORIAS	14/3/05 a 5/11/05	6/11/05 a 31/3/06	14/3/05 a 5/11/05	6/11/05 a 31/3/06
INTERNACIONAL	08	09	00	00
RIO	02	00	00	00
BRASIL	02	02	01	01
COLUNAS	10	02	03	00
CIDADE	00	01	00	00
ECONOMIA	02	01	00	00
TOTAL:	24	15	04	01

O Estado de S. Paulo				
	Matérias sobre a problemática da imigração ilegal		Matérias sobre imigração, envolvendo a CPMI	
EDITORIAS	14/3/05 a 5/11/05	6/11/05 a 31/3/06	14/3/05 a 5/11/05	6/11/05 a 31/3/06
CIDADES	24	00	04	00
INTERNACIONAL	21	02	00	00
NACIONAL	05	00	01	00
EDITORIAL	01	00	00	00
ECONOMIA	06	00	00	00
GERAL	02	00	00	00
COLUNAS	01	00	00	00
METRÓPOLE	03	07	00	01
TOTAL:	63	09	05	01

JORNAIS – TOTAL GERAL				
	Matérias sobre a problemática da imigração ilegal		Matérias sobre imigração, envolvendo a CPMI	
JORNAIS	14/3/05 a 5/11/05	6/11/05 a 31/3/06	14/3/05 a 5/11/05	6/11/05 a 31/3/06
FOLHA	38	15	02	02
ESTADO	63	09	05	01
O GLOBO	36	07	03	00
JB	24	15	04	01
TOTAL:	161	46	14	04

MATÉRIAS PUBLICADAS – MÉDIA DIÁRIA				
	Matérias sobre a problemática da imigração ilegal		Matérias sobre imigração, envolvendo a CPMI	
JORNAIS	14/3/05 a 5/11/05 (237 DIAS)	6/11/05 a 31/3/06 (146 DIAS)	14/3/05 a 5/11/05 (237 DIAS)	6/11/05 a 31/3/06 (146 DIAS)
FOLHA	0,16	0,10	0,008	0,01
ESTADO	0,26	0,06	0,02	0,006
O GLOBO	0,15	0,04	0,01	0,0
JB	0,10	0,10	0,01	0,006
TOTAL:	0,67	0,31	0,05	0,02

APÊNDICE F – Matérias Publicadas: O ESTADO DE S. PAULO

14/03/2005 a 05/11/2005

1. Matérias sobre a problemática da Imigração Ilegal:

CIDADES: 24

Março-12

- 19/3/2005 - Brasileiros ilegais detidos nos EUA são 75
- 19/3/2005 - Alguns presos deverão ser soltos até segunda-feira
- 22/3/2005 - País negocia acordos para emigração
- 22/3/2005 - Corte adia audiência de brasileiro nos EUA
- 23/3/2005 - Japoneses já preparam festa de cem anos no País
- 23/3/2005 - Paraguai quer saída de brasileiros
- 24/3/2005 - EUA formalizam acusação contra brasileiro preso
- 26/3/2005 - EUA soltam 10 dos 76 imigrantes brasileiros
- 30/3/2005 - Paraguai faz bloqueio e expulsa 150 brasileiros sem documentos
- 31/3/2005 - Pioneiros aproveitaram ciclos da borracha e cacau
- 31/3/2005 - Tumulto na Ponte da Amizade
- 31/3/2005 - Libaneses, há 125 anos no Brasil

Abril-06

- 1/4/2005 - EUA liberam 15 imigrantes
- 12/4/2005 - Depois da prisão, o medo dos brasileiros nos EUA
- 23/4/2005 - EUA detêm na fronteira maior grupo de brasileiros
- 24/4/2005 - Brasileiros pegos nos EUA são 232
- 26/4/2005 - Cônsul denuncia ação do crime organizado
- 26/4/2005 - Presos mais 58 na fronteira dos EUA

Maio-05

- 1/5/2005 - Xenofobia: brasileiros sob ameaça
- 1/5/2005 - EUA fecham cerco aos imigrantes
- 7/5/2005 - Contra os ilegais, México estuda volta de visto para brasileiros
- 9/5/2005 - Família se separa por causa de formulário
- 14/5/2005 - Presos na Itália acusados de explorar travestis

Junho-01

- 19/6/2005 - Detidos 33 brasileiros na fronteira México-EUA

INTERNACIONAL: 21

Março-02

- 23/03/2005- Paraguai quer saída de brasileiros
- 24/3/2005 - imigração ilegal domina cúpula

Abril-02

- 17/4/2005 - 'Invasão dos EUA' mobiliza vigilantes
- 17/4/2005 - Tombstone: do O.K. Corral à caça aos mexicanos

Maio-07

- 11/5/2005 - Rússia e UE firmam acordo de cooperação
- 18/5/2005 - Sob pressão, EUA detêm anticastrista

18/5/2005 - Projeto de Blair prevê carteira de identidade para todos
 20/5/2005 - Terrorista cubano pode ser deportado
 21/5/2005 - Caracas exige extradição de cubano
 23/5/2005 - Chávez ameaça romper relações com EUA
 31/5/2005 - Caça a ilegais não pune empregadores
 Repressão concentra-se nos que cruzam as fronteiras para tentar a vida nos EUA

Junho-04

10/6/2005 - Aumenta ritmo de crescimento da população latina nos EUA
 14/6/2005 - Tribunal adia audiência e mantém anticastista preso
 26/6/2005 - Autoridade política de Bush declina
 26/6/2005 - 8 tiros no brasileiro de visto legal

Julho-05

18/7/2005 - Polícia prende 6 em cidade de origem de suicidas
 25/7/2005 - Vida dos imigrantes brasileiros em Londres está cada vez mais difícil
 26/7/2005 - A imigração é problema e solução
 26/7/2005 - Juiz não liberta o anticastista Posada Carriles
 29/07/2005- Londres diz que Jean estava ilegal

Outubro-01

09/10/2005- Turquia avalia o preço de um sonho

NACIONAL: 05

Abril-02

1/4/2005 - Em festa libanesa, crítica ao extremismo e à intolerância
 26/4/2005 - Temas que criam atrito entre EUA e Brasil

Junho-01

19/6/2005 - Brasileiros pedem asilo nos EUA

Julho-01

29/07/2005- Cresce o medo entre os brasileiros ilegais

Outubro-01

14/10/2005- Presidente pede perdão das dívidas de 15 mil brasileiros em situação ilegal

EDITORIAL: 01

Setembro-01

26/9/2005 - Imigração clandestina

ECONOMIA: 06

Abril-01

24/4/2005 - Origem nobre nas lendas do oriente

Maio-01

17/5/2005 - Com outras prioridades, EUA põem Alca de lado

Junho-03

15/6/2005 - O Watanabe que foi o 1º juiz nissei do País
 15/6/2005 - Treinado desde cedo para as cores
 15/6/2005 - 'Uma oportunidade para refletir sobre passado e futuro'

Outubro-01

27/10/2005- NHK faz lobby pelo padrão digital japonês

GERAL: 02**Março-02**

20/3/2005 - Depois de 17 anos, cai o número de estrangeiros no País

20/3/2005 - Brasil vai estudar ampliar o acesso também à saúde

COLUNAS: 01**Maio-01**

29/5/2005 - Celso Ming

METRÓPOLE: 03**Agosto-01**

25/8/2005 - Abaixo-assinado na Suíça evita expulsão de brasileira

Setembro-01

4/9/2005 - Governo quer atrair estrangeiro rico

Outubro-01

27/10/2005 - Briga de Estados adia vôo de deportados dos EUA

2. Matérias sobre Imigração envolvendo a CPMI:**CIDADES: 04****Março-02**

16/3/2005 - Mais fiscalização na fronteira dos EUA

27/3/2005 - Brasileiros nos EUA: senador pedirá CPI sobre agenciadores

Abril-01

1/4/2005 - Brasileiros morrem no México

Maio-01

6/5/2005 - Congresso cria CPI para apurar máfia da emigração ilegal

NACIONAL: 01**Junho-01**

24/6/2005 - Acordo deixa a CPI dos Bingos para depois

6/11/2005 a 31/03/2006**1. Matérias sobre a problemática da Imigração Ilegal:****METRÓPOLE: 07****Novembro-02**

30/11/2005 - Para ele, devolução de brasileiros reduziu ilegais

30/11/2005 - Presa maior quadrilha de coiotes

Fevereiro-03

3/2/2006 - Sete brasileiros são presos na Bélgica

10/2/2006 - Bando levava filhos de ilegais

11/2/2006 - EUA vão deportar 11 brasileiros

Março-02

12/3/2005 - Brasil, a América dos bolivianos

12/3/2006 - Ministério diz que é tráfico de migrantes

INTERNACIONAL: 02**Março-02**

29/3/2006 - Lei dos EUA agrada ao México

31/3/2006 - Nova proposta de lei de imigração anima brasileiros

2. Matérias sobre Imigração envolvendo a CPMI:**METRÓPOLE: 01****Fevereiro**

22/2/2006 - Senado votará projeto que pune tráfico de pessoas

APÊNDICE G – MATÉRIAS PUBLICADAS: FOLHA DE S. PAULO

14/03/2005 a 05/11/2005

1. Matérias sobre a problemática da Imigração Ilegal:

MUNDO: 30

Março-05

18/3/2005 - EUA detêm empresário e mais 57 brasileiros
 21/3/2005 - Comunidades se descentralizam e vão ao interior
 21/3/2005 - Evento debate imigração brasileira para EUA
 23/3/2005 - Paraguai expulsará milhares de brasileiros
 30/3/2005 - Paraguai expulsa cerca de 100 brasileiros

Abril-03

23/4/2005 - Americanos prendem 232 brasileiros ilegais
 24/4/2005 - Brasileiros ilegais começam a ser liberados nos EUA
 28/4/2005 - EUA capturam mais 184 ilegais brasileiros

Mai-10

1/5/2005 - Campanha endurece debate sobre imigração
 4/5/2005 - EUA prendem mais 202 brasileiros ilegais
 5/5/2005 - Captura de brasileiros nos EUA decuplica
 6/5/2005 - Globo nega que "América" estimule migração
 6/5/2005 - Não há uma só causa, dizem analistas
 10/5/2005 - Manter controle da imigração é um direito dos EUA, diz cônsul americano
 12/5/2005 - França anuncia leis de imigração mais rigorosas
 13/5/2005 - Metade dos imigrantes brasileiros vive nos EUA, afirma Itamaraty
 18/5/2005 - Blair tentará endurecer leis no terceiro mandato
 20/5/2005 - EUA indiciam Posada Carriles por imigração ilegal

Julho-06

24/7/2005- imigração aperta cerco a brasileiros
 29/7/2005 - Situação de Jean era ilegal, diz Reino Unido
 30/7/2005 - Chefe de investigação sobre morte de Jean critica governo britânico
 31/7/2005 - Ilegais "driblam" imigração britânica
 31/7/2005 - Explode número de brasileiros barrados
 31/7/2005 - Gonzaguenses tentam "fazer a América"

Agosto-01

12/8/2005 - Londres prende 10 estrangeiros por "ameaça"

Setembro-02

28/9/2005 - Anticastastrista venezuelano ficará nos EUA
 29/9/2005 - A maior entrada de imigrantes nos EUA foi em 2000, diz pesquisa

Outubro-02

5/10/2005 - EUA têm recorde de brasileiros detidos
 29/10/2005 - Republicanos racham sobre imigração ilegal

Novembro-01

5/11/2005 - Brasileiros acusados de fraude são identificados

DINHEIRO: 04

Agosto-01

31/8/2005 - Investimentos de estrangeiros crescem no país

Setembro-01

20/9/2005 - Conselho reduz exigência para trabalho no país

Outubro-02

25/10/2005 - Migração gera avanço econômico, diz Bird

30/10/2005 - OMC substitui Alca na Cúpula das Américas

EDITORIAL: 01**Outubro-01**

06/10/2005 - O PACTO DA IMIGRAÇÃO

COLUNAS: 02**Maio-01**

25/5/2005 - DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS

Setembro-01

14/9/2005 - Painel do Leitor

BRASIL: 01**Outubro-01**

20/10/2005 - Diplomata cita filme de gangues como referência

2. Matérias sobre Imigração envolvendo a CPMI:**MUNDO: 01****Maio-01**

13/5/2005 - Metade dos imigrantes brasileiros vive nos EUA, afirma Itamaraty

COLUNAS: 01**Julho -01**

27/7/2005 - Tragédia em Londres: MARCELO CRIVELLA

06/11/2005 a 31/03/2005**1. Matérias sobre a problemática da Imigração Ilegal:****DINHEIRO: 02****Novembro-01**

13/11/2005 - Expansão da imigração reduz ganho de salário

Dezembro-01

26/12/2005 - Indústria de restaurantes defende imigrantes

MUNDO: 12

Novembro-04

30/11/2005 - Villepin anuncia plano para conter imigração na França
Imigração britânica é acusada do esquema de corrupção
30/11/2005 - Bush elogia "remoção rápida" de brasileiros
30/11/2005 - Rota do tráfico na Guatemala é o novo caminho para atingir EUA
30/11/2005 - Brasil prende quadrilha de imigração ilegal

Dezembro-01

19/12/2005 - Barreira na fronteira com os EUA é "uma vergonha", diz México

Janeiro-02

4/1/2006 - Reino Unido investiga troca de visto por sexo
5/1/2006 - Consulado do Brasil em Londres diz não saber de troca de vistos por sexo

Março-05

3/3/2006 - Rainha se desculpará por morte de Jean Charles, diz jornal
10/3/2006 - Caso Jean Charles constrange Blair e Lula
15/3/2006 - Investigação não confirma troca de visto por sexo
29/3/2006 - Senado dos EUA se divide sobre lei que beneficia ilegais
30/3/2006 - Projeto francês barra imigrante sem preparo

EDITORIAL: 01**Dezembro-01**

28/12/2005 - O VERDADEIRO MURO

2. Matérias sobre Imigração envolvendo a CPMI:**MUNDO: 01****Novembro-01**

23/11/2005 - Brasil agora lidera ranking de barrados pelo Reino Unido

COLUNAS: 01**Março-01**

5/3/2006 - Elio Gaspari: Um prêmio para os americanos ineptos

APÊNDICE H – MATÉRIAS PUBLICADAS: O GLOBO

14/03/2005 a 05/11/2005

1. Matérias sobre a problemática da Imigração Ilegal:

O PAÍS: 22

Março-04

18/3/05- Maior parte dos brasileiros presos nos EUA será liberada
 18/3/05- Imigração americana prende 58 brasileiros
 20/3/05- Uma semana de cão para brasileiros nos EUA
 31/3/05- Na fronteira: Brasileiros barrados

Abril-06

01/4/05 - Receita apreende 16 ônibus de sacoleiros no PR
 23/4/05 - Em dois dias, 232 brasileiros presos tentando entrar nos EUA
 23/4/05- De outubro a março, 58 brasileiros detidos por dia
 25/4/05- Triplica número de brasileiros detidos nos EUA
 26/4/05- Corpo-a-Corpo: CLEMENCE JOUET PASTRÉ
 26/4/05 - Mais 58 brasileiros são detidos ao tentar entrar ilegalmente nos EUA

Mai-08

01/05/05- PF prevê que Poços de Caldas será maior exportadora de clandestinos
 01/5/05 - Depois da travessia, a aflição de viver inseguro
 2/5/05- PF no rastro do dinheiro que chega dos EUA
 2/5/05 - Acidentes de trabalho, uma ameaça aos imigrantes
 12/5/05- Prostituição é forma mais lucrativa de exploração
 13/5/05- imigração retém Seu Jorge em aeroporto inglês
 13/5/05- Prostituição leva brasileira à cadeia na Itália
 19/5/05- Seis brasileiros são detidos nos Estados Unidos

Setembro-01

10/9/05- México volta a exigir visto de brasileiros

Outubro-02

11/10/05- Imigração ilegal para os EUA cresce em 784%
 13/10/05- Lula vai discutir imigração ilegal

Novembro-01

3/11/05 - Brasileiros são presos por falsificação

O MUNDO: 05

Mai-02

2/05/05- Cardeais criticam excesso de impostos e mínimo em missa e nota da CNBB
 18/5/05- Dilema na luta contra o terror

Julho-02

06/07/2005 -G-5 dividirá vôos fretados para deportar ilegais
 29/7/05- Situação de Jean era ilegal

Agosto-01

25/8/05- Nós do Morro quase é deportado

ECONOMIA: 03

Maio-02

7/5/05- Portugal cobra investimentos do Brasil
28/5/05- Filme brasileiro emocionante

Junho-01

2/7/05- EUA e América Central perto do pacto

COLUNISTAS: 06**Abril-01**

26/4/05- Tereza Cruvinel

Maio-02

4/5/05- Visitas diárias. Estrangeiras.
6/5/05- Tereza Cruvinel

Julho-01

24/7/05- Ancelmo Góis

Setembro-01

11/9/05- Elio Gaspari

Outubro-01

22/10/05- Ancelmo Góis

2. Matérias sobre Imigração envolvendo a CPMI:**O PAÍS: 02****Maio-02**

1/05/05- CPI da imigração ilegal começa esta semana
5/5/05- CPI da imigração começa hoje

O MUNDO:01**Julho-01**

7/7/05- Antes do ministério, investigação

06/11/2005 a 31/03/2006**1. Matérias sobre a problemática da Imigração Ilegal:****O PAÍS: 04****Novembro-02**

30/11/05- Operação América prende 30 por imigração ilegal
7/11/05- Lula apela a Bush por imigrantes brasileiros

Dezembro-01

19/12/05- Maioria dos brasileiros está em situação ilegal

Janeiro-01

27/1/06- Quadrilha na Espanha traficava brasileiras

O MUNDO: 02

Novembro-01

30/11/05- EUA: repressão a imigrantes brasileiros

Janeiro-01

4/1/06- Vistos em troca de sexo

COLUNISTAS: 01

Março-01

5/3/06- Elio Gaspari

2. Matérias sobre Imigração envolvendo a CPMI:

00

APÊNDICE I – MATÉRIAS PUBLICADAS: JORNAL DO BRASIL

14/03/2005 a 05/11/2005

1. Matérias sobre a problemática da Imigração Ilegal:

INTERNACIONAL: 08

Maio-02

15/5/2005 - imigração gera conflito

20/5/2005 - EUA indiciam dissidente cubano

Julho-03

13/7/2005 - Suspeitos das Farc serão deportados

17/7/2005 - No caminho da penúria

29/7/2005 - Gonzaga recebe Jean como herói

Setembro-02

16/9/2005 - O drama das crianças migrantes

30/9/2005 - Mortes no enclave espanhol

Outubro-01

17/10/2005 - Histórico do caso Jean Charles

RIO: 02

Julho-01

26/7/2005 - PF prende cubanos no aeroporto

Agosto-01

31/8/2005 - Cabo-verdianos descobrem um novo lar

BRASIL: 02

Junho-01

12/6/2005 - Passaportes fantasmas

Setembro-01

16/9/2005 - O drama das crianças migrantes

COLUNAS: 10

Ao pé do ouvido

De volta

Sinal vermelho

Tourada

O nome do morto

De volta

Em curso

As portas da casa

Sinal vermelho

Tourada

ECONOMIA: 02

Outubro-02

16/10/2005 - Além do Fato: Migração interna amplia fosso entre Europas
 16/10/2005 - No rastro da internacionalização

2. Matérias sobre Imigração envolvendo a CPMI:

BRASIL: 01

Junho-01

24/6/2005 - CPI de Waldomiro Diniz acaba debaixo do tapete

COLUNAS: 03

América de verdade
 Raios X
 SOS dos imigrantes

06/11/2005 a 31/03/2005

1. Matérias sobre a problemática da Imigração Ilegal:

INTERNACIONAL: 09

Dezembro-01

25/12/2005 - México protesta contra muro americano

Janeiro -04

4/1/2006 - Morte na fronteira opõe México e EUA
 4/1/2005 - Escândalo na fila do visto
 12/1/2006 - Cubanos querem mais regalias
 20/1/2006 - Brasileiros fazem greve de fome

Março-04

7/3/2006 - longa espera dos balseiros
 18/3/2006 - Explosão do tráfico humano
 25/3/2006 - Os EUA sem os latinos
 28/3/2006 - Imigração divide Senado

BRASIL: 02

Fevereiro-02

10/2/2006 - Presa quadrilha de tráfico de crianças
 10/2/2006 - Presa quadrilha de tráfico de crianças

COLUNAS: 02

Dezembro- 02

15/12/2005- Hildegard Angel - Arigatô
 22/12/2005 - Gilberto Amaral- Centenário Nissei

CIDADE: 01

Novembro-01

19/11/2005 - Menino chinês usava visto falso

ECONOMIA: 01

Março-01

31/3/2006 - Brasileiros no exterior remetem US\$ 6 bi

2. Matérias sobre Imigração envolvendo a CPMI:**BRASIL: 01**

06/11/2005 - Bush se reunirá com críticos de Lula

ANEXO A – TRAMITAÇÃO DO PRIMEIRO REQUERIMENTO APRESENTADO PARA A CRIAÇÃO DA CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL



Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias

REQUERIMENTO (CN) Nº 3, DE 2004

Data da leitura	
Autor	SENADOR - Hélio Costa
Ementa	Requer, nos termos do artigo 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta de onze Senadores e onze Deputados Federais, com a finalidade de apurar, no prazo de cento e vinte dias, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América
Observações	PRAZO FINAL CN: 11 09 2004. (CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL).

TRAMITAÇÕES (ordem decrescente de data)

RQN 00003 / 2004

02/12/2004 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

11:00 - A Presidência comunica ao Plenário o término do prazo de funcionamento da Comissão em 11 de setembro de 2004 e a declara extinta, nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum. Ao PLEG com destino ao Arquivo.

Publicação em 03/12/2004 no DCN Página(s): 2322

02/12/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ao Plenário para leitura da Fala de extinção da referida Comissão, nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum.

10/08/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fl. 62 referente ao Ofício nº 84/2004, do Líder do Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB) no Senado Federal, Sen. Sérgio Guerra, indicando os membros do partido para integrar, como titulares e suplentes, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

17/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fl. 61 referente ao Ofício GLPMDB nº 131/2004, do Líder do PMDB no Senado Federal, Sen. Renan Calheiros, indicando os membros do partido que integrarão, como titulares e suplentes, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a "apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América."

Publicação em 14/05/2004 no DSF Página(s): 14139 (Ver Diário)

05/05/2004 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura do Ofício nº 013/04-GLPPS, de 03 do corrente, indicando o Senador Mozarildo Cavalcanti, como titular, e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, como suplente, para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América. À publicação. À SSCLCN.

05/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ao Plenário para leitura do Ofício nº 013/04-GLPPS, de indicação de membros para integrar a Comissão.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 59, referente à cópia do Of. Nº 224/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando a indicação dos membros titulares e suplentes dessa Casa do Congresso Nacional para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 58, referente à cópia do Of. Nº 223/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Líder do PPS, solicitando a indicação dos membros titular e suplente desse Partido para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 57, referente à cópia do Of. Nº 222/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Líder do PL, solicitando a indicação dos membros titular e suplente desse Partido para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO



Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias

Anexada fls. 56, referente à cópia do Of. Nº 221/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Líder do PDT, solicitando a indicação dos membros titular e suplente desse Partido para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 55, referente à cópia do Of. Nº 220/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB), solicitando a indicação dos membros titulares e suplentes desses Partidos para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 54, referente à cópia do Of. Nº 219/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Líder do PMDB, solicitando a indicação dos membros titulares e suplentes desse Partido para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 53, referente à cópia do Of. Nº 218/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Líder do Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), solicitando a indicação dos membros titulares e suplentes desses Partidos para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexadas as Folhas nºs 53 a 59, referentes as cópias dos Ofícios nºs 218 a 224, de 2004.

27/04/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Recebido neste órgão, às 18 horas e 55 minutos, no dia 27.4.2004.

27/04/2004 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

12:00 - Leitura. A matéria contém o número suficiente de subscritores e aguardará as indicações dos membros pelas lideranças partidárias. À SSCLCN.

Publicação em 28/04/2004 no DCN Página(s): 584 - 629

27/04/2004 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém (.....) folhas numeradas e rubricadas.

ANEXO B – TRAMITAÇÃO DO SEGUNDO REQUERIMENTO APRESENTADO PARA A CRIAÇÃO DA CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL



Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias

REQUERIMENTO (CN) Nº 3, DE 2004	
Data da leitura	
Autor	SENADOR - Hélio Costa
Ementa	Requer, nos termos do artigo 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta de onze Senadores e onze Deputados Federais, com a finalidade de apurar, no prazo de cento e vinte dias, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América
Observações	PRAZO FINAL CN: 11 09 2004. (CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL).

TRAMITAÇÕES (ordem decrescente de data)

RQN 00003 / 2004

02/12/2004 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

11:00 - A Presidência comunica ao Plenário o término do prazo de funcionamento da Comissão em 11 de setembro de 2004 e a declara extinta, nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum. Ao PLEG com destino ao Arquivo.

Publicação em 03/12/2004 no DCN Página(s): 2322

02/12/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ao Plenário para leitura da Fala de extinção da referida Comissão, nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum.

10/08/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fl. 62 referente ao Ofício nº 84/2004, do Líder do Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB) no Senado Federal, Sen. Sérgio Guerra, indicando os membros do partido para integrar, como titulares e suplentes, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

17/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fl. 61 referente ao Ofício GLPMDB nº 131/2004, do Líder do PMDB no Senado Federal, Sen. Renan Calheiros, indicando os membros do partido que integrarão, como titulares e suplentes, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a "apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América."

Publicação em 14/05/2004 no DSF Página(s): 14139 (Ver Diário)

05/05/2004 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura do Ofício nº 013/04-GLPPS, de 03 do corrente, indicando o Senador Mozarildo Cavalcanti, como titular, e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, como suplente, para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América. À publicação. À SSCLCN.

05/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ao Plenário para leitura do Ofício nº 013/04-GLPPS, de indicação de membros para integrar a Comissão.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 59, referente à cópia do Of. Nº 224/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando a indicação dos membros titulares e suplentes dessa Casa do Congresso Nacional para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 58, referente à cópia do Of. Nº 223/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Líder do PPS, solicitando a indicação dos membros titular e suplente desse Partido para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 57, referente à cópia do Of. Nº 222/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Líder do PL, solicitando a indicação dos membros titular e suplente desse Partido para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO



REQUERIMENTO (CN) Nº 3, DE 2004

Data da leitura	
Autor	SENADOR - Hélio Costa
Ementa	Requer, nos termos do artigo 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta de onze Senadores e onze Deputados Federais, com a finalidade de apurar, no prazo de cento e vinte dias, os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América
Observações	PRAZO FINAL CN: 11 09 2004. (CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL).

TRAMITAÇÕES (ordem decrescente de data)

RQN 00003 / 2004

02/12/2004 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

11:00 - A Presidência comunica ao Plenário o término do prazo de funcionamento da Comissão em 11 de setembro de 2004 e a declara extinta, nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum. Ao PLEG com destino ao Arquivo.

[Publicação em 03/12/2004 no DCN Página\(s\): 2322](#)

02/12/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ao Plenário para leitura da Fala de extinção da referida Comissão, nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum.

10/08/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fl. 62 referente ao Ofício nº 84/2004, do Líder do Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB) no Senado Federal, Sen. Sérgio Guerra, indicando os membros do partido para integrar, como titulares e suplentes, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

17/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fl. 61 referente ao Ofício GLPMDB nº 131/2004, do Líder do PMDB no Senado Federal, Sen. Renan Calheiros, indicando os membros do partido que integrarão, como titulares e suplentes, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a "apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América."

[Publicação em 14/05/2004 no DSF Página\(s\): 14139 \(Ver Diário \)](#)

05/05/2004 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura do Ofício nº 013/04-GLPPS, de 03 do corrente, indicando o Senador Mozarildo Cavalcanti, como titular, e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, como suplente, para integrem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América. À publicação. À SSCLCN.

05/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ao Plenário para leitura do Ofício nº 013/04-GLPPS, de indicação de membros para integrar a Comissão.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 59, referente à cópia do Of. Nº 224/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando a indicação dos membros titulares e suplentes dessa Casa do Congresso Nacional para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 58, referente à cópia do Of. Nº 223/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Líder do PPS, solicitando a indicação dos membros titular e suplente desse Partido para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Anexada fls. 57, referente à cópia do Of. Nº 222/2004-CN, de 27-4-2004, do Presidente do Senado Federal ao Líder do PL, solicitando a indicação dos membros titular e suplente desse Partido para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

04/05/2004 SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

ANEXO C – DISCURSO DO SENADOR HÉLIO COSTA (PMDB-MG) TRÊS DIAS APÓS O INÍCIO DA NOVELA “AMÉRICA”. DATA: 17/3

05162 Quinta-feira 17

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Março de 2005

dendo dos próximos reajustes, essas perdas poderão atingir 60%.

A partir do encontro de Aparecida, a COBAP iniciou uma campanha de coletas de assinaturas em apoio a este projeto. Eles pretendem atingir 01 milhão de assinaturas. O que muito me alegra é que essa mobilização alcançou o País inteiro, seja nas capitais ou nos mais distantes municípios.

Para encerrar este pronunciamento sou forçado a ratificar certas reflexões que espero sinceramente fiquem gravadas nos nossos corações, nas nossas mentes e produzam atitudes justas e concretas.

Por mais difícil que fosse para o País, conceder aos aposentados os seus direitos, estejam certos de que sempre seria mais difícil para eles suportar as dificuldades que enfrentam mês a mês vendo seus ganhos diminuírem de tal forma, que não restam perspectivas para nada.

Pensem por um minuto apenas: se cada um de nós, ao se aposentar fosse ano a ano vendo os vencimentos diminuírem gradativamente, enquanto que o custo de vida não diminui, a necessidade de medicamentos aumenta, planos de saúde aumentam, as despesas com impostos não diminuem, que espécie de sentimento tomaria conta de nós? No mínimo, o desespero.

Enquanto existem sobras nos vencimentos, o desespero é menor e por isso para algumas pessoas é tão difícil imaginar tais dificuldades. Mas, e quando já não sobra nada? Tirar de onde? Correr pra onde?

Os aposentados não estão pedindo favores, eles querem a garantia de poder contar com aquilo que lhes é de direito. E não só porque lhes é de direito, mas porque precisam desse dinheiro.

Nosso Presidente Lula proporcionou benefícios aguardados há muito tempo pelos nossos aposentados e pensionistas, tais como: pagamento do 1º ao 5º dia, mesma data de reajuste (1º de maio), resgate da aposentadoria por idade as tinham sido afastados do sistema previdenciário – Lei 10.666/03.

Aprovação do Estatuto do Idoso após 7 anos de tramitação, Decreto regulamentando o Conselho Nacional de Direitos do Idoso, com a incumbência de regulamentar o Estatuto do Idoso, acordo para pagar perdas originadas de governos anteriores, e assim por diante.

Tenho certeza de que assim como o nosso Governo foi sensível a essas causas sociais tão relevantes, ele sabe da importância da aprovação deste projeto para os nossos aposentados.

Vou ler parte de uma oração que simboliza o muito que está ao alcance de nossas mãos fazer:

DO CRISTO

Nós rezamos, e vemos muitas pessoas rezarem o Pai Nosso de mãos dadas.

Gostaríamos que refletissem sobre o profundo mistério que envolve essas mãos que se unem:

A mão Jovem se une à mão velha e, entre elas, se cruza a mão eterna do Cristo.

A mão débil se une à mão robusta e, entre elas, se cruza a mão firme do Cristo.

A mão branca se une à mão negra e, entre elas, se cruza a mão santa do Cristo.

A mão trêmula se une à mão segura e, entre elas, se cruza a mão sustentáculo do Cristo.

A mão do empregado se une à mão do patrão e, entre elas, se cruza a mão de mestre do Cristo.

Lamentavelmente, somente mãos fechadas não se unem a outras mãos fechadas.

Mas, mesmo assim, entre elas se põe, e entre elas se cruza, a mão aberta de Cristo!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, pela Liderança do PMDB, em conformidade com o art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno, por cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, estou encaminhando hoje ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, em meu nome, com minha assinatura, e em nome do Deputado João Magno, do PT do Vale do Aço, um requerimento para a constituição de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar os emigrantes ilegais, quais sejam, os brasileiros que vão para os Estados Unidos, para o Japão, para a Europa e entram nesses países ilegalmente.

O fato é que essa comissão parlamentar mista de inquérito se faz necessária porque são inúmeros os crimes cometidos contra jovens, principalmente de meu Estado, Minas Gerais, aliciados por verdadeiros profissionais e levados para o México, com a promessa de colocá-los em território americano – jovens, moços e moças, que, na realidade, acabam perdendo tudo não só deles, mas também de suas famílias.

As informações que nós temos – e são informações fidedignas – é de que, na realidade, pagam em torno de R\$30 mil, ou US\$12 mil, para esses coiotes, para esses profissionais do tráfico de pessoas, organizarem essa viagem, que é uma verdadeira aventura,

que, muitas vezes, acaba trazendo a morte a essas pessoas. Há quatro meses, uma senhora de 54 anos morreu ao tentar atravessar a fronteira dos Estados Unidos com o México. Na semana passada, dois mineiros da região de Poços de Caldas perderam a vida ao tentar ultrapassar a fronteira entre os Estados Unidos e o México, pelo rio Grande.

Hoje, nós sabemos da falsificação de documentos importantes que vão desde a certidão de nascimento de uma pessoa até os passaportes brasileiros e vistos consulares falsificados, aliciamento para prostituição de jovens moças nesses países. Tudo isso tem que ser investigado a fundo para que se encontrem os responsáveis por essa verdadeira criminalidade organizada em torno do envio de jovens brasileiros para os Estados Unidos e outros países como imigrantes ilegais. Esses brasileiros residentes no exterior, hoje em torno de 2 milhões na América e na Europa, enviam anualmente para o Brasil cerca de US\$5 bilhões; são investimentos superiores aos que fazem a maioria das empresas multinacionais do País. Portanto, esses brasileiros, que contribuem com US\$5 bilhões para a economia nacional todos os anos, têm que ser respeitados, ouvidos e atendidos pelos nossos consulados.

Estivemos nos Estados Unidos em janeiro do ano passado, acompanhados do Deputado João Magno e do Senador Marcelo Crivella. Lá encontramos algumas situações curiosas, muito embora o Consulado do Brasil em Houston seja um dos mais produtivos, com uma renda mensal de cerca de US\$350 mil a US\$400 mil só na produção de vistos para os americanos que vêm ao Brasil. Havia apenas uma pessoa para atender aos brasileiros que estão presos nas inúmeras penitenciárias do Estado do Texas. Então, é preciso que esses brasileiros tenham também atendimento adequado por parte do Itamaraty e das missões consulares do Brasil.

Esta comissão parlamentar mista de inquérito, certamente, vai poder apurar os fatos. Vamos trazer aqui representantes da Polícia Federal, representantes de outros países, inclusive mexicanos que fazem esse tráfico de pessoas, que incriminam algumas pessoas, como sabemos, simplesmente porque estas não conhecem muito bem a maneira como vão fazer essa ultrapassagem; são responsáveis pela morte de muitos brasileiros, na sua maioria mineiros, que tentam cruzar essa fronteira.

Sr. Presidente, hoje entregaremos esse documento ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, esperando que, na próxima reunião do Congresso Nacional, marcada, ao que me consta, para a próxima semana, possamos organizar, então, essa comissão mista parlamentar de inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT - AC) V. Exª dispõe de mais dois minutos, Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB - MG) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos pedir aos Srs. Líderes partidários, principalmente aos Líderes dos principais partidos com assento no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, notadamente o PT, que é o partido do Governo, ao PMDB, que faz parte hoje do apoio decisivo ao Governo do Presidente Lula, ao PSDB, ao PFL, ao PDT, a todos os partidos com grande bancada na Câmara dos Deputados e no Senado que indiquem, por intermédio de seus líderes, os seus representantes nesta comissão parlamentar mista de inquérito que vai apurar as inúmeras irregularidades relacionadas ao tráfico de jovens mineiros e brasileiros de vários Estados do Brasil para os Estados Unidos e outros países. Temos que entender que há, sim, uma grande preocupação, principalmente da família mineira, com relação aos jovens que estão deixando o nosso País com uma esperança que não se realiza.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB - MG) - Esses jovens submetem-se a uma verdadeira aventura, que quase sempre lhes traz o dissabor de, ao cruzar a fronteira, serem recebidos pela polícia de fronteira americana e levados para uma cela em uma penitenciária local.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui o meu pedido para que os Líderes dos partidos indiquem, a partir da próxima semana, com o encaminhamento deste documento para o Presidente do Congresso Nacional, os seus representantes para essa comissão mista parlamentar de inquérito solicitada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT - AC) - Agradeço a V. Exª, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge pelo prazo de dez minutos. A seguir, fará uso da palavra, como Líder, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, na última segunda-feira, o Ministério da Educação e Cultura, alegando não ter sido avisado com antecedência, suspendeu uma solenidade de divulgação de pesquisa que reforça uma tese contrária às cotas nas universidades. Na realidade, essa solenidade foi marcada há bastante tempo, e muitas pessoas foram convidadas. Eu mesmo recebi o convite uma semana antes.

Na hora do evento, apesar de todos estarem lá, o Ministério, por intermédio do Sr. Ministro e do Se-